

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUIZA FERREIRA FLORES

AS REVOLUÇÕES AFRICANAS: O CASO DE BURKINA FASO (1983-1987)

Porto Alegre

2022

LUIZA FERREIRA FLORES

AS REVOLUÇÕES AFRICANAS: O CASO DE BURKINA FASO (1983-1987)

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre
2022**

CIP - Catalogação na Publicação

Flores, Luiza Ferreira
AS REVOLUÇÕES AFRICANAS: O CASO DE BURKINA FASO
(1983-1987) / Luiza Ferreira Flores. -- 2022.
72 f.
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Burkina Faso. 2. Thomas Sankara. 3. Revolução de
1983. 4. África. 5. Regimes Militares Marxistas. I.
Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

LUIZA FERREIRA FLORES

AS REVOLUÇÕES AFRICANAS: O CASO DE BURKINA FASO (1983-1987)

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Analúcia Danilevycz Pereira - Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. José Rivair Macedo

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Estado brasileiro. Agradeço à sociedade brasileira pela contribuição, mediante tributação, à minha graduação e à pesquisa científica na universidade pública. Agradeço aos técnicos, professores, funcionários e servidores da UFRGS pelo trabalho importante no desenvolvimento do ensino superior brasileiro.

Agradeço à minha orientadora Analúcia Danilevicz Pereira pelo trabalho excepcional em me orientar durante toda a minha graduação. Obrigada por ter me aceitado no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) em 2018 e por ter expandido a minha visão das relações internacionais. Obrigada por acreditar na minha pesquisa e me ajudar durante toda a jornada da graduação, os seus conselhos foram (e são) essenciais para a minha vida acadêmica. Aos meus companheiros e companheiras do CEBRAFRICA, muito obrigada por todo o apoio e incentivo.

Mais pessoalmente, agradeço a todos os meus amigos, sejam da faculdade ou não, pelo apoio incondicional. Obrigada pelo companheirismo, pela paciência e pela amizade. Palavras não são o meu forte, mas quero que vocês saibam que eu sou a pessoa mais sortuda do mundo por ter a amizade de vocês. O apoio e incentivo de vocês me motiva a seguir em frente. Vocês são incríveis e eu amo vocês.

À minha família, eu ofereço tudo. Absolutamente tudo que eu faço é por vocês. Aos meus pais, Suzana e Evanor, eu amo vocês. E eu sinto tanta a falta de vocês, todos os dias, todos os minutos. Eu quero que vocês saibam que eu consegui. Eu consegui entrar na Universidade e agora estou finalizando esta etapa da minha vida. Quero que vocês saibam que eu tento ser forte para ir em busca de meus sonhos, pois eu sei que é isso que vocês sempre sonharam para mim. Obrigada por serem a minha maior inspiração. Meu amor por vocês é incondicional e eterno, assim como vocês são para mim, eternos. Por fim, gostaria de agradecer à minha avó, Maria Teresinha. Obrigada por me criar, obrigada por me ensinar tudo. Obrigada por ser o meu ponto seguro. A sua sabedoria ilumina a minha vida e é a minha bússola na jornada da vida. Este trabalho é para você, a mulher mais forte e inspiradora que eu conheço. Muito obrigada.

“Você não pode realizar mudanças fundamentais sem uma certa dose de loucura. Neste caso, essa dose vem da inconformidade, da coragem de ousar inventar o futuro.” (THOMAS SANKARA, 1985).

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o processo revolucionário que ocorreu em Burkina Faso de 1983 até 1987, sob a liderança de Thomas Sankara e do Conselho Nacional da Revolução. Como hipótese ao problema de pesquisa argumenta-se que a revolução de inspiração marxista-leninista de Burkina Faso desencadeou rupturas políticas, econômicas e sociais em todos os níveis do aparato estatal, compreendido nesta monografia como a estrutura de organização política e social do Estado. Para tanto, este trabalho faz uso de uma análise qualitativa, realizada através de revisão bibliográfica de materiais sobre o tema. Assim, primeiramente aborda-se os processos revolucionários ocorridos no Terceiro Mundo durante o século XX, a construção dos Estados africanos e as revoluções que ocorreram em alguns destes Estados. Após, discute-se detalhadamente o desenvolvimento do processo revolucionário de 1983 em Burkina Faso, assim como a figura central da Revolução, Thomas Sankara. Por fim, investiga-se as rupturas e continuidades da Revolução e a situação política do país após a queda do regime revolucionário em 1987 até os dias atuais.

Palavras-chave: Burkina Faso; Thomas Sankara; Revolução de 1983; África; Regimes Militares Marxistas.

ABSTRACT

The present monography aims to analyze the revolutionary process that took place in Burkina Faso from 1983 to 1987, under the leadership of Thomas Sankara and the National Council of the Revolution. As a hypothesis to the research problem, it is argued that the revolution of Marxist-Leninist inspiration in Burkina Faso triggered political, economic, and social ruptures at all levels of the state apparatus, understood in this monography as the structure of political and social organization of the State. To this end, the monography makes use of a qualitative analysis, carried out through a bibliographic review of materials on the subject. Thus, we first discuss the revolutionary processes that took place in the Third World during the 20th century, the construction of African States and the revolutions that took place in some of these States. Then, the development of the 1983 revolutionary process in Burkina Faso is discussed in detail, as well as the central figure of the Revolution, Thomas Sankara. Finally, the ruptures and continuities of the Revolution and the political situation in the country after the fall of the revolutionary regime in 1987 until today are investigated.

Keywords: Burkina Faso; Thomas Sankara; Revolution of 1983; Africa; Military Marxist Regimes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- (ADA) Assembleia Democrática Africana
- (AQMI) Al-Qaeda no Magreb Islâmico
- (BM) Banco Mundial
- (CIA) Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América
- (CIJ) Corte Internacional de Justiça
- (CDRs) Comitês de Defesa da Revolução
- (CDP) Congresso para a Democracia e o Progresso
- (CEDEAO) Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
- (CNR) Conselho Nacional da Revolução
- (CSP) Conselho de Salvação do Povo
- (EUA) Estados Unidos da América
- (FED) Fundo Europeu de Desenvolvimento
- (FP) Frente Popular
- (FMI) Fundo Monetário Internacional
- (LIPAD) Liga Patriótica para o Desenvolvimento
- (MDV) Movimento Democrático Voltaico
- (MPP) Movimento Popular pelo Progresso
- (ONU) Organização das Nações Unidas
- (OUA) Organização da Unidade Africana
- (OTAN) Organização do Tratado do Atlântico Norte
- (PIA) Partido de Independência Africana
- (PDP) Programa de Desenvolvimento Popular
- (TPRs) Tribunais Populares Revolucionários
- (UDV-CDA) União Democrática Voltense/Coligação Democrática Africana
- (UE) União Europeia
- (UMOA) União Monetária Ocidental Africana
- (URSS) União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O SÉCULO XX E O IMPACTO DAS REVOLUÇÕES NO TERCEIRO MUNDO....	14
2.1. AS LUTAS ANTICOLONIAIS E A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS AFRICANOS	16
2.2. AS REVOLUÇÕES NA ÁFRICA.....	21
2.3. A VIA MILITAR E OS REGIMES MARXISTAS NA ÁFRICA	25
3 A REVOLUÇÃO DE BURKINA FASO DE 1983.....	30
3.1. CONDICIONANTES INTERNOS E DIMENSÕES EXTERNAS	32
3.2. A LIDERANÇA POLÍTICO-MILITAR DE THOMAS SANKARA.....	37
3.3. A FORMAÇÃO DO ESTADO REVOLUCIONÁRIO E AS RUPTURAS ESTRUTURAIS	42
4 O SOCIALISMO EM BURKINA FASO EM TEMPOS DE CRISE INTERNACIONAL	48
4.1. O FIM DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO: RUPTURAS E CONTINUIDADES	50
4.2. A INTERFERÊNCIA EXTERNA NO GOLPE DE 1987.....	55
4.3. O ESTADO DE BURKINA FASO PÓS-REVOLUÇÃO: DITADURA E INSTABILIDADE POLÍTICA.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de analisar o processo revolucionário de cunho marxista-leninista que ocorreu no Estado de Burkina Faso entre os anos de 1983 e 1987, sob a liderança de Thomas Sankara e do Conselho Nacional da Revolução (CNR). Assim, busca-se compreender como o processo revolucionário rompeu com as estruturas de poder vigentes no Estado de Burkina Faso e alterou o aparato estatal, de modo a constituir de fato um Estado Revolucionário. Como hipótese, sustenta-se que a revolução de inspiração marxista-leninista que ocorreu no Estado de Burkina Faso entre os anos de 1983 e 1987 desencadeou rupturas políticas, econômicas e sociais em todos os níveis do aparato estatal, compreendido nesta monografia como a estrutura de organização política e social do Estado.

A justificativa acadêmica deste trabalho está relacionada à escassez de estudos sobre o processo revolucionário de Burkina Faso e sobre a liderança de Thomas Sankara, tanto à nível nacional quanto internacional. A justificativa social está conectada com a importância de entender os processos políticos africanos e as consequências destes para as suas sociedades e para as relações internacionais.

O presente trabalho tem como objetivo primário apresentar uma análise histórica do processo revolucionário de orientação marxista-leninista que ocorreu no Estado africano de Burkina Faso, no período de 1983 até 1987. Os objetivos secundários são:

- (i) realizar uma revisão histórica do continente africano, das lutas anticoloniais e das revoluções, evidenciando a construção dos Estados e os regimes marxistas africanos;
- (ii) compreender a construção do Estado nacional de Burkina Faso, até o momento de ruptura histórica e social com a Revolução de 1983 sob a liderança do Capitão Thomas Sankara e do Conselho Nacional da Revolução (CNR), os aspectos domésticos e internacionais, a tomada do poder e a formação do Estado revolucionário;
- (iii) realizar uma análise das mudanças institucionais, econômicas, políticas e sociais da Revolução, o golpe de Estado de 1987 e a conjuntura político-econômica do Estado de Burkina Faso no período posterior ao fim da Revolução.

A metodologia utilizada nesta monografia possui um caráter histórico-descritivo e foi realizada através da pesquisa histórica e documental dos temas abordados, com o intuito de desenvolver uma análise sobre o processo revolucionário de Burkina Faso no âmbito das relações internacionais, por meio de uma abordagem qualitativa de um estudo de caso. Para tanto, o trabalho é dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo de desenvolvimento deste trabalho analisa as revoluções realizadas no século XX em países do Terceiro Mundo, focando no continente africano. Tratando-se de África, as nações africanas foram forjadas através das lutas por independência na segunda metade do século XX, especialmente com a emergência de movimentos anticoloniais e nacionalistas (WALLERSTEIN, 2005). Na primeira subseção, estuda-se as lutas por independência e autodeterminação no continente e a construção dos Estados nacionais. Na segunda subseção, procura-se apresentar as revoluções ocorridas na África, assim como o embate ideológico entre a via revolucionária escolhida por alguns Estados em contraposição à via conservadora adotada por outros Estados no continente. Uma revolução significa uma mudança política — geralmente violenta — que consiste na derrubada de um regime para a construção de um novo, provocando uma ruptura na ordem vigente com o intuito de alterar as bases estruturais do Estado (VISENTINI, 2013). Já a terceira subseção aborda a via militar e os regimes de orientação marxista de Estados africanos. Otayek (1986) disserta sobre como a militarização do poder é uma tendência na história dos regimes políticos africanos, porém uma das maiores diferenças está na natureza política, econômica e social dos golpes de Estado (OTAYEK, 1986). Deste modo, estuda-se como a militarização de poder que ocorreu em alguns Estados africanos influenciou na criação de regimes militares marxistas no período posterior às lutas de libertação.

No segundo capítulo de desenvolvimento, aborda-se a Revolução de Burkina Faso de 1983 sob a liderança de Thomas Sankara. A proclamação da chamada “Revolução de Agosto”, no dia 4 de agosto de 1983 “marca o fim de um relacionamento complexo entre as elites civis e a ala militar hierárquica que, às vezes juntas e às vezes opostas, vinham governando o país desde sua adesão à soberania nacional” (OTAYEK, 1986, pg. 86, tradução nossa)¹. Assim, a primeira subseção deste capítulo visa explorar os condicionantes internos e as circunstâncias externas que propiciaram o desenvolvimento e a eclosão de uma revolução de orientação marxista-leninista no país. Em seguida, é apresentada a figura central da Revolução e futuro Presidente do país, Thomas Sankara. Thomas Sankara foi um militar e revolucionário que

¹ No original: “(..) marks conclusively the end of the bi-polar relationship between the civilian elites and the military hierarchy which, in turn or together, had governed the country since its accession to national sovereignty”.

visava alcançar a justiça social em seu país, enquanto almejava posicionar Burkina Faso na política internacional (MURREY, 2018). Na última subseção, a formação do Estado revolucionário é analisada por meio das rupturas estruturais da Revolução em todos os níveis do aparato estatal.

Por fim, o quarto e último capítulo discute o fim do regime revolucionário em Burkina Faso. No final dos anos 1980, o socialismo estava bastante desacreditado no Terceiro Mundo. O contexto da Guerra Fria e o enfraquecimento da URSS provocaram uma desilusão crescente no socialismo e nos movimentos revolucionários de inspiração marxista (PETERSON, 2018). Portanto, a primeira subseção deste capítulo aborda o final da Revolução de 1983, ocorrida dentro de um contexto de recessão global, um período em que muitos países africanos foram impulsionados a adotar programas de ajustes estruturais impostos pelas organizações financeiras internacionais (PETERSON, 2018). Após, discute-se a interferência de agentes externos no golpe de Estado de 1987 que pôs fim ao período revolucionário no país, a ascensão política de Blaise Compaoré e o início do período de retificação do Estado burkinabe. Por último, a terceira subseção explora a ditadura de 27 anos de Blaise Compaoré em Burkina Faso e a instabilidade política do país do período pós-Revolução até os dias atuais. A conclusão apresenta uma síntese dos principais desenvolvimentos da monografia e considerações finais sobre o trabalho.

2 O SÉCULO XX E O IMPACTO DAS REVOLUÇÕES NO TERCEIRO MUNDO

Eric Hobsbawm (1994), em seu livro *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)* define que a história e as relações internacionais do século XX tiveram “a revolução como uma constante global” (HOBSBAWM, 1994, p. 61). Contudo, é necessário elucidar o significado do termo revolução na presente monografia, assim como a sua importância no século XX. No entendimento deste trabalho, as revoluções se constituem como mudanças na estrutura interna dos Estados que transformam a sua sociedade e a relação entre as classes sociais. Fred Halliday (1999) disserta sobre as revoluções sociais, que são entendidas como as transformações de um Estado, assim como de sua sociedade e de suas estruturas de classe; acompanhadas e em parte, realizadas, pelas revoltas das classes menos favorecidas (HALLIDAY, 1999).

De acordo com o autor, as revoluções não abrangem somente a mudança política ou constitucional, mas também a participação das massas neste processo; visto que o alvo central das revoluções é o controle do Estado (HALLIDAY, 1999). Ao tratar sobre a concepção materialista histórica de uma revolução, Halliday (1999) escreve que:

A concepção materialista histórica de revolução, na prática e na teoria, reside sobre uma visão da história como se movendo, através de estágios, em direção a um alvo histórico determinado: supunha-se que as revoluções eram de alguma forma transições, ou pedágios, de uma evolução unilinear da sociedade humana (HALLIDAY, 1999, p.145-146).

A disputa das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo originaram diversas formas de dependência estatal nos Estados colonizados e as consequências desta dominação influenciaram os processos políticos, sociais e econômicos de todo o sistema internacional no século XX. As reações ao colonialismo, impulsionadas pelo êxito de movimentos populares e a organização das massas trabalhadoras em um nível de consciência, engendraram a mobilização necessária para a realização de processos revolucionários, assim como para a eclosão de guerras, conflitos e violências que permearam o século (GRÖHMANN, 2013).

A assimetria entre os países do centro capitalista revelava um crescente desequilíbrio na economia internacional, com o domínio das grandes potências bastante fragilizado em suas colônias, provocando um aumento na atividade anti-imperialista (HOBSBAWM, 1994). Deste modo, o descontentamento político e social constituiu efeitos desestabilizadores que, com a

eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), delinearão os processos de emancipação dos países colonizados.

Hobsbawm (1994) escreveu que o período após a Segunda Guerra foi importante para significativas alterações no sistema internacional, com o surgimento de novos e independentes Estados, especialmente nos continentes africano e asiático, fator estreitamente alinhado à decadência das antigas potências coloniais (HOBSBAWM, 1994). Immanuel Wallerstein (2005), ao estudar a ascensão dos processos revolucionários africanos em seu livro *África: a política de independência e unidade* (2005)², analisa — no capítulo 2 deste livro, chamado de *A Mudança Social*³ — a ruptura da ordem colonial estabelecida no continente no pós-1945, visto que, nos quinze anos que se seguiram após o final da Segunda Guerra Mundial (1945) a maioria dos territórios africanos coloniais presenciaram a emergência de movimentos nacionalistas de massa (WALLERSTEIN, 2005).

O movimento de descolonização ocorreu em três grandes ondas históricas, com características políticas e implantação geográfica específicas (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012). A primeira onda ocorreu nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra e início dos anos 1950, na Ásia Oriental e Meridional, devido ao enfraquecimento do colonialismo europeu e a luta contra a dominação japonesa (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012). Nas palavras de Visentini, Ribeiro e Pereira (2012):

No início da década de 1950, o epicentro do processo descolonizatório deslocou-se largamente para o mundo árabe (Magreb-Machreck), onde o conteúdo dominante foi o nacionalismo árabe de perfil reformista (Egito, Iraque, Argélia), até a passagem dos anos de 1950 aos de 1960. A partir desse momento, a África Subsaariana tornou-se o centro de uma descolonização grandemente controlada pelas ex-metrópoles europeias, adquirindo fortes contornos neocolonialistas. Até a segunda metade dos anos de 1960, a maioria dos países da África Tropical havia obtido a independência. Restaram os regimes de minoria branca e as colônias portuguesas da África Austral, cujo processo de emancipação foi mais violento e radical, estendendo-se da década de 1970 ao início dos anos de 1990 (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012, p. 101).

A década de 1960 é a década das independências e dos movimentos de libertação e, tratando-se de África, essa década marca também a emancipação política de diversos países africanos. Na década de 1970, as revoluções africanas ocorreram em uma conjuntura específica, visto que, em função da Guerra Fria, era possível buscar alianças diplomático-militares (GRÖHMANN, 2013).

² No original: “Africa: the politics of independence and unity”.

³ No original: “The Social Change”.

Por fim, a década de 1980 apresenta uma conjuntura internacional desfavorável para as experiências socialistas de todo o mundo, pois o movimento comunista internacional estava profundamente fragmentado. Neste período, da metade da década de 1980 em diante, é uma época em que o continente africano será dominado por forças ditatoriais e neoliberais e onde os jovens serão encorajados a abandonar o socialismo e a busca por igualdade em prol do empresariado ocidental (DALEY, 2018). Contra todas as adversidades, é nesta década que ocorre a revolução de Burkina Faso, estudada detalhadamente no capítulo 3.

Assim, este presente capítulo trata de contextualizar as revoluções no Terceiro Mundo, focando no continente africano, e sua importância na história do século XX. A primeira subseção analisa as lutas anticoloniais no continente africano e a construção dos Estados nacionais. Na segunda subseção, há um aprofundamento das revoluções na África. Essas revoluções foram uma via adotada por certos Estados em contraposição aos regimes mais conservadores no continente. Por fim, a terceira subseção aborda os regimes militares marxistas africanos, uma parcela limitada e restrita do movimento de militarização do poder que ocorreu no período posterior às lutas de libertação dos Estados africanos.

2.1. AS LUTAS ANTICOLONIAIS E A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS AFRICANOS

As mudanças sociais na África são consequências de uma série de eventos no sistema internacional e de mudanças nas estruturas internas das colônias africanas. Assim, as independências africanas ocorreram no período posterior à Segunda Guerra Mundial, ocasionando novas dinâmicas no sistema político interafricano. Para entender a construção dos Estados africanos, é necessário compreender que os Estados africanos são novos atores, amplamente impactados por interesses e ambições externas. A inserção do continente africano nas relações internacionais modernas se deu por via das necessidades capitalistas da Europa. Wallerstein (2005) escreve que a primeira consequência da inserção europeia no continente africano foi a ruptura de uma ordem muito bem estabelecida entre as diversas sociedades ali presentes (WALLERSTEIN, 2005). Todo o continente experienciou a perda e a destruição de suas estruturas autóctones, que foram reorganizadas sob o interesse dos poderes coloniais e do desenvolvimento capitalista.

A questão abordada por Wallerstein (2005) é a de que a ideia de nação — enquanto se tratando de África — foi criada no processo das lutas revolucionárias contra as potências coloniais, visto que “a unidade de nação foi forjada na luta contra o inimigo externo”

(WALLERSTEIN, 2005, p. 85, tradução nossa)⁴. O nacionalismo africano não seguiu um único caminho, pois os diferentes poderes coloniais se engajaram de diversas maneiras com os povos nativos e, mesmo após as independências, a Europa procurou manter o seu domínio no continente por meio do neocolonialismo.

Visto isso, apesar dos movimentos de independência e libertação do continente africano ocasionarem diversas mudanças econômicas, assim como na difusão da educação e na migração para os centros urbanos, estes mesmos fatores propiciaram o surgimento de uma nova elite africana. De acordo com Wallerstein (2005), a emergência desta nova elite que foi a consequência mais importante das mudanças sociais provocadas pelos poderes coloniais, pois essa nova elite começou a reagir, não apenas contra os chefes tradicionais, mas também contra o próprio poder colonial (WALLERSTEIN, 2005).

A ocidentalização da elite africana, forjada pela administração colonial, corroborou para um impasse no período da descolonização africana. Na visão de Wallerstein (2005), houve uma falha no processo de assimilação das colônias pelos poderes coloniais, pois a assimilação teria como objetivo final a igualdade política (WALLERSTEIN, 2005). Essa falha no processo de assimilação se tornou um fator imprescindível para que os intelectuais africanos optassem por um caminho alternativo de igualdade política: a separação política, ou em outras palavras, a independência nacional (WALLERSTEIN, 2005).

As lutas anticoloniais e os processos políticos africanos, sobretudo as independências, estão relacionados ao movimento do Pan-africanismo. Este movimento influenciou o pensamento das elites políticas e intelectuais africanas, que possuíam interesses e objetivos diversos para o continente. Havia a concordância de que o Estado só poderia se desenvolver se o seu entorno geoestratégico também estivesse desenvolvido e, devido a isso, questões internas muitas vezes se tornavam questões continentais. Ademais, os processos de independência na África coincidem com um novo tipo de organização sistêmica, o mundo bipolar da Guerra Fria. Este dualismo político no continente africano estabeleceu duas vias alternativas de independência: a via do neocolonialismo e a via não-capitalista. Com a finalidade de compreender estas duas vias de independência, é necessário construir uma revisão histórica do Pan-africanismo e sua importância nas lutas anticoloniais.

O Pan-africanismo é um movimento plural, profundamente impactado pelos eventos do século XX, como a Revolução Russa, as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria, implicando diretamente na diversificação de pensadores e teóricos. Horace G. Campbell (2018) define o

⁴ No original: “The unity of the nation was forged in the fight against the external enemy”.

Pan-africanismo como “uma filosofia para restaurar a humanidade e a dignidade da pessoa africana e, de fato, de todos os seres humanos” (CAMPBELL, 2018a, p.1033, tradução nossa)⁵. Nesta continuidade, Campbell afirma que “o movimento cresceu do desejo de pessoas pretas de redescobrir sua identidade e dignidade e de lutar por sua libertação do colonialismo e do racismo” (CAMPBELL, 2018a, p.1034, tradução nossa)⁶.

Samuel K. B. Asante e David Chanaiwa (2010) estabelecem o Pan-africanismo a partir duas dimensões importantes que se enquadram em três momentos específicos:

O Pan-africanismo tem duas dimensões importantes. A primeira, como fator de integração nacional, como uma força para se alcançar a unidade e cooperação política, cultural e econômica entre os países africanos, em três momentos particulares: “a fase colonial, de 1935 a 1957; a fase da independência, como movimento de libertação e uma terceira fase iniciada nos anos 1970, no curso da qual o Pan-africanismo torna-se uma força de integração” (Asante; Chanaiwa, 2010, p. 873).

Em 1900, ocorreu a primeira Conferência Pan-Africanista em Londres, sob a coordenação de H. Sylvester Williams⁷ que propunha a ideia de defesa de pessoas pretas ao redor do mundo sujeitos às mais diversas formas de exploração (CAMPBELL, 2018a). Nesta primeira Conferência se destacaram importantes personalidades da luta anticolonial do continente africano, como Marcus Garvey⁸ e W. E. B. Du Bois⁹, que organizaria as seguintes conferências (ADI, 2018).

Porém, foi a V Conferência Pan-Africanista de Manchester, no ano de 1945, que se tornou um símbolo para os processos de independência no continente. Nesta Conferência, houve a segmentação teórica e política entre os intelectuais africanos, assim como o sistema internacional se dividia em campos opostos. Asante e Chanaiwa (2010) escrevem que

Os dirigentes africanos dividiram-se horizontalmente em dois blocos, um deles pró-ocidental e o outro pró-socialista, bem como verticalmente, em revolucionários, progressistas, reacionários, capitalistas, socialistas, tradicionalistas e moderados (ASANTE; CHANAIWA, 2010, p. 876).

⁵ No original: “Pan-Africanism arose as a philosophy to restore the humanity and dignity of the African person and indeed all humans.”

⁶ No original: “The Pan-African idea and movement grew out of black people’s desire to rediscover their identity and dignity and to fight for their liberation from colonialism and racism.”

⁷ Henry Sylvester Williams (1869-1911) foi um advogado de Trinidad e Tobago. Em outubro de 1897, junto com outros ativistas fundou a Associação Africana e em 1900 foi organizador da primeira Conferência Pan-Africanista (ADI, 2018).

⁸ Marcus Garvey (1887–1940) foi um jornalista, escritor, sindicalista e ativista jamaicano que estabeleceu a Associação Universal de Progresso Negro e Liga das Comunidades Africanas na Jamaica, em 1914 (ADI, 2018). Adi (2018) considera Garvey como a figura mais proeminente do Pan-africanismo durante o período da Primeira Guerra Mundial (ADI, 2018).

⁹ William Edward Burghardt DuBois (1868-1963) foi historiador e ativista estadunidense e grande personalidade do Pan-africanismo, responsável pela organização das II, III, IV e V Conferências Pan-Africanistas (ADI, 2018).

O contexto da Guerra Fria alterou radicalmente as dinâmicas no continente africano e a divisão dos dirigentes africanos em dois blocos explicitou o dualismo existente no continente. Em 1961, países como Gana, Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia e o governo argelino em exílio instituíram o Grupo de Casablanca, bloco fortemente favorável à união política e profundamente inspirado pelas ideias revolucionárias de Kwame Nkrumah¹⁰ (ASANTE; CHANAIWA, 2010).

Nkrumah defendia que a África deveria deixar de procurar o desenvolvimento na Europa e se voltar para ela própria, pois era em si mesma que poderia encontrar as vias para os diversos tipos de desenvolvimento, por meio de um processo endógeno (SCHERER, 2016). Na percepção de Nkrumah, as elites dos Estados africanos tiveram um papel crucial na manutenção do neocolonialismo em seus respectivos países (NKRUMAH, 1967). O neocolonialismo se baseia no princípio de dispersar grandes territórios coloniais — anteriormente unificados — em numerosos pequenos Estados inviáveis, que são incapazes de se desenvolver e, deste modo, precisam depender da antiga potência imperial para defesa e até mesmo para a segurança interna (NKRUMAH, 1967). Assim, Nkrumah compreendia a unidade continental africana como a única estratégia para o desenvolvimento e superação do neocolonialismo (NKRUMAH, 1967).

Em contraposição ao Grupo Casablanca, o chamado Grupo de Monróvia ou Brazzaville, constituído pelas antigas colônias francesas — dentre elas Alto Volta (antigo nome de Burkina Faso), Nigéria, Etiópia, Libéria e Serra Leoa — era favorável a um processo menos revolucionário, optando pela cooperação e participação voluntárias em questões de intercâmbios culturais, assim como na interação econômica entre os novos países (ASANTE; CHANAIWA, 2010). Apesar das contradições entre os dois grupos, ambos defendiam a total libertação das colônias e a luta anticolonial (ASANTE; CHANAIWA, 2010).

Visentini, Ribeiro e Pereira (2012) dissertam que 1960 — conhecido como o *Ano Africano* — foi um ano de extrema importância no processo de emancipação política do continente, pois foi neste ano que dezessete nações se tornaram independentes (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012). E, embora as aspirações Pan-africanas foram reduzidas ao mínimo para o estabelecimento de um sistema interafricano, havia a dificuldade dos novos Estados em promover o desenvolvimento interno e ainda estabelecer vínculos diplomáticos e econômicos internacionais (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012).

¹⁰ Kwame Nkrumah foi político, militante e intelectual que nasceu em Nkroful (Costa do Ouro), em Gana, no ano de 1909 e faleceu em 1972, aos 62 anos de idade (SCHERER, 2016).

Visto isso, as organizações internacionais se tornaram espaços importantes para a articulação política dos novos Estados africanos. Por meio da participação em assuntos regionais e internacionais, houve a construção de um sistema estatal interafricano que corroborou para o aumento do poder de barganha destes países. Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rothchild (1992) afirmam que “a grande originalidade da diplomacia interafricana reside no esforço de gerenciar a política africana em escala continental” (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992, p. 323, tradução nossa)¹¹.

Assim, os países africanos procuraram solidariedade continental e, na segunda metade dos anos 1960 e no início dos anos 1970, estes novos Estados buscaram se consolidar internamente, ao mesmo tempo que visavam o desenvolvimento econômico (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012). Todavia, não há como desconsiderar os impactos da Guerra Fria no continente. A divisão ideológica que permeia o sistema internacional na segunda metade do século XX também instituiu cisões na África. Visentini, Ribeiro e Pereira (2012) escrevem que “a clivagem entre reformistas e conservadores continuava sendo um traço estrutural da política africana” (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012, p.122). Assim, apesar da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963 com o intuito de abordar e solucionar questões continentais, grande parte destes problemas permaneceram sem solução, tanto pela Organização quanto pelas novas autoridades governamentais dos respectivos países.

Bogdan Szajkowski (1989) analisa como, já em meados da década de 1960, é possível acompanhar um processo bastante peculiar que ocorre nos novos Estados africanos independentes. Em suas palavras:

Também em meados da década de 1960, nos novos Estados africanos independentes, os Estados multipartidários ‘democráticos’ estavam se transformando em Estados unipartidários ou ditaduras militares, questionando assim a inerente superioridade da democracia liberal, do capitalismo e dos valores que o acompanhavam (SZAJKOWSKI, 1989, p. 6, tradução nossa)¹².

Desta forma, é possível notar que as contradições do sistema capitalista que emergiram no século XX em todo o sistema internacional, do Centro à Periferia, acarretaram muitas mudanças políticas e estruturais no continente africano. A insatisfação popular crescente, acompanhada pela fragilidade econômica e política dos novos países africanos contribuiu para a eclosão de conflitos, guerras e revoluções em muitos destes Estados. Chazan, Mortimer,

¹¹ No original: “The great originality of inter-African diplomacy lies in the endeavor to manage African politics on a continental scale”.

¹² No original: “Also by the mid-1960s, in the newly independent African states ‘democratic’ multi-party states were turning into one-party states or military dictatorships, thus questioning the inherent superiority of liberal democracy, capitalism and the values that went with that”.

Ravenhill e Rothchild (1992) abordam o fato de que muitos regimes africanos, no período pós-independência, foram incapazes de estabelecer mecanismos políticos que poderiam ser tanto eficientes quanto representativos (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992).

Assim, os processos políticos africanos foram marcados por desigualdade, repressão, instabilidade e desordem (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992). Na próxima subseção, estuda-se a via revolucionária escolhida por alguns Estados africanos, que consistiu na ruptura da ordem vigente, acompanhada pela derrubada de um regime e construção de um novo por meio de uma mudança política abrupta (GRÖHMANN, 2013).

2.2. AS REVOLUÇÕES NA ÁFRICA

Ao tratar das revoluções no Terceiro Mundo, Hobsbawm (1994) analisa que:

Por outro lado, muitos poucos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram o período a partir de 1950 (ou da data de sua fundação) sem revolução; golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução; ou alguma outra forma de conflito armado interno (HOBSBAWM, 1994, p. 422).

Gröhmman (2013) disserta que, na segunda metade do século XX, além das revoluções burguesas, das revoluções democrático-burguesas e das revoluções socialistas, ocorre também o surgimento das revoluções democrático-populares, especialmente em países periféricos (GRÖHMANN, 2013). Chamadas de revoluções de libertação nacional, as revoluções democrático-populares possuíam os seguintes atributos: elas eram anti-imperialistas e geralmente estavam ligadas ao nacionalismo e à descolonização (VISENTINI, 2012). Seus elementos desencadeadores eram principalmente as revoltas populares, os golpes de Estado — alguns deles militares, assunto discutido na subseção seguinte —, mobilizações reformistas e as lutas de guerrilha (VISENTINI, 2012). Sobre a guerra de guerrilha, um ponto interessante a se notar é que, em países do Terceiro Mundo no pós-1945, a guerra de guerrilha pode ser compreendida como uma forma básica de luta revolucionária (HOBSBAWM, 1994).

Durante as décadas de 1950 e 1960, as revoluções no Egito, Líbia, Argélia e Gana tiveram um efeito sistêmico no continente africano (VISENTINI, 2012). Em 1960, o Ano Africano, diversos países do continente se tornaram independentes da França, da Grã-Bretanha e da Bélgica, de forma gradual e pacífica (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012). Nas palavras de Visentini, Ribeiro e Pereira (2012):

Camarões, Congo-Brazzaville (depois República Popular do Congo), Gabão, Tchad, República Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina Faso), Níger, Senegal, Mali, Madagascar e Mauritânia, que pertenciam à França; Somália e Nigéria, colônias britânicas; e Congo-Leopoldville (depois Zaire e atualmente República Democrática do Congo), colônia belga. Entre 1961 e 1966 foi a vez da Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto, pertencentes à Inglaterra, e Ruanda e Burundi, à Bélgica (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012, p. 105).

Dos diversos movimentos anticoloniais e revolucionários que ocorreram no continente africano, as revoluções tiveram um importante papel na formação de identidade nacional dos novos Estados e na estruturação do aparato governamental. Ademais, é interessante ressaltar que as revoluções ocorridas no continente africano foram formadas pela aliança entre segmentos da pequena burguesia e do campesinato, além de setores do proletariado (VISENTINI, 2012). Essas revoluções ocorreram na fase inicial de construção do Estado-nação, consequência da fragilidade do aparato burocrático colonial (VISENTINI, 2012).

Em abril de 1955 ocorreu a Conferência de Bandung, que pregava a emancipação dos países do Terceiro Mundo, o neutralismo na Guerra Fria e o apoio ao desenvolvimento econômico (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012). Já em 1957, Gana obteve a sua independência da Inglaterra e o Primeiro-Ministro Kwame Nkrumah adotou uma política de neutralismo ativo, mas se aproximou da União Soviética (URSS) e da China Popular, declarando-se adepto do Pan-africanismo (VISENTINI, 2012).

O contexto de Guerra Fria acentuou as disputas no continente africano. A política externa soviética para a África revelou duas facetas principais: o pragmatismo na escolha de Estados parceiros e a importância do fornecimento de armas como o principal instrumento de influência no continente (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992). Apesar da crescente influência de países neutros, a eclosão de movimentos revolucionários contou com o apoio soviético, cubano e alemão oriental (VISENTINI, 2012). Isso porque, desde as suas origens, as revoluções africanas estiveram associadas a redes internacionais que facilitavam a inserção de outras nações revolucionárias, como Cuba, por exemplo (VISENTINI, 2012).

Ao tratar sobre as revoluções anticoloniais da África Negra, Visentini (2013) escreve que “sem direito à independência ou mesmo à simples participação política, os movimentos de libertação locais passaram por uma radicalização e se orientaram por discursos e estratégias marxistas, desenvolvendo a luta armada” (VISENTINI, 2013, p.338). Os movimentos independentistas em todo o continente africano alarmaram as potências ocidentais, que

receavam que os novos países independentes avançassem em direção às ideologias comunistas (JAFFRÉ, 2019). Jaffré (2019) escreve que os países independentes, ao tentarem obter autonomia política e independência econômica, eram submetidos a tentativas de desestabilização, como foi o caso da nacionalização do Canal de Suez pelo Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser em 1956 e do assassinato do Primeiro-Ministro democraticamente eleito Patrice Lumumba na República Democrática do Congo em 1961 (JAFFRÉ, 2019).

A nova onda de revoluções na década de 1970 surgia com a instabilidade social e política interna dos países combinada com o momento internacional favorável à esquerda internacional. Com o fim da Era de Ouro do capitalismo, era chegada a hora da ascensão de uma nova onda de revoluções (HOBSBAWM, 1994). Contudo, havia o contexto de crise econômica que perdurou durante toda a década, especialmente nos países centrais industrializados, com os dois choques de petróleo e as eventuais crises decorrentes. Porém, a derrota dos Estados Unidos no Vietnã e o declínio de alguns governos integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) influenciou em movimentos revolucionários no Terceiro Mundo (VISENTINI, 2012).

A descolonização tardia das colônias portuguesas possibilitou que os movimentos de libertação desses determinados países se expandissem em revoluções nacionais de significativa influência internacional (VISENTINI, 2012). Não é por acaso que a maioria das revoluções na África Austral ocorreram na primeira metade da década de 70. A África Austral possui uma posição geopolítica estratégica, sendo rota entre os oceanos Atlântico e Índico, além de dispor de importantes reservas de ouro, diamantes e minerais (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012). A revolução portuguesa de 1974 que derrubou o regime ditatorial de Salazar, alinhado aos movimentos de guerrilha africanos e a ascensão de importantes líderes no continente — como Amílcar Cabral na Guiné-Bissau — possibilitou a eclosão de movimentos nacionalistas e revolucionários nestes países (HOBSBAWM, 1994).

Nas antigas colônias de língua francesa, os Estados Unidos delegaram aos franceses a tarefa de lutar contra o “comunismo”, visto que movimentos progressistas estavam se transformando em revoltas e guerras populares pela independência, como em Camarões, Madagascar e Argélia (JAFFRÉ, 2019). A respeito da África Ocidental, os Estados francófonos estavam em uma posição bastante vulnerável. Economicamente eram pequenos, pouco povoados e muitos não possuíam saída para o mar, o que intensificava a sua dependência em relação à França (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012).

Parte da estratégia da antiga metrópole consistia em cooptar as elites locais, especialmente após o advento das independências (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012).

E por isso que a via revolucionária gerou um amplo efeito desestabilizador ao perturbar a estabilidade das elites e as relações destas com a antiga metrópole (VISENTINI, 2013). A estratégia francesa de manter o seu domínio político no continente africano teve como principal tática a instalação de uma grande rede de contatos por toda a região da África francófona, para vigilância e coleta de informações (JAFFRÉ, 2019). Essa rede de vigilância, que recebeu o nome de “*la Françafrique*”, era responsável por impor e promover regimes alinhados com a França, com a cumplicidade e apoio das elites locais (JAFFRÉ, 2019).

Durante os anos 1980, cerca de um quinto dos países da África pareceu ter se voltado para o marxismo, utilizando da ideologia marxista como ferramenta principal para a resolução de seus problemas internos (HUGHES, 1992). Porém, a década de 1980 também é marcada por uma forte contrarrevolução em escala internacional, com a alteração no equilíbrio de poder e resultando em enfrentamentos estratégicos em determinadas regiões (VISENTINI, 2012). A África tornou-se um espaço estratégico nas relações internacionais, e as superpotências convergiram recursos militares para o continente (VISENTINI, 2012).

Antes mesmo do final da década, já era evidente que regimes revolucionários de orientação marxista no continente africano enfrentavam enormes dificuldades. Hughes (1992) escreve que os governos revolucionários de países como Benin, Angola, Moçambique, Etiópia e Burkina Faso estavam tendo problemas em orientar suas ideologias eletivas, que em vez de serem uma fonte de força e adaptabilidade, acabavam por criar contradições insolúveis (HUGHES, 1992). A década de 1990 trouxe um incentivo à liberalização política e econômica, e países outrora revolucionários como Moçambique, Angola e Benin iniciaram reformas estruturais; enquanto Estados como Etiópia e Burkina Faso tiveram suas revoluções interrompidas por golpes de Estado que levaram os regimes revolucionários ao colapso (HUGHES, 1992).

No balanço geral das revoluções, Hobsbawm propõe duas características marcantes das revoluções ao escrever que “as revoluções de fins do século XX tiveram duas características: uma foi a atrofia da tradição de revolução estabelecida; outra, a revivescência das massas” (HOBBSAWM, 1994, p.443). No caso específico da África, as revoluções africanas ocorreram durante a fase inicial de formação do Estado-nação, o que levou à alteração do equilíbrio destes novos Estados (VISENTINI 2012). Após o período das lutas de libertação dos Estados Africanos, muitos deles foram submetidos à militarização de seu aparato estatal. Na subseção seguinte, estuda-se o caso particular de regimes revolucionários que adotaram uma via militar e marxista no continente africano, como foi o caso de Alto Volta (Burkina Faso), objeto central desta monografia.

2.3. A VIA MILITAR E OS REGIMES MARXISTAS NA ÁFRICA

O socialismo de orientação marxista, ao longo do século XX, impulsionou um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas, sendo a quarta e última dessas ondas um conjunto de diversas revoluções de orientação socialista decorrentes do movimento de descolonização e do nacionalismo do Terceiro Mundo (VISENTINI, 2020). Após o período de lutas de libertação dos Estados africanos, pode-se observar a militarização do poder na grande maioria dos países do continente, que tiveram governos regidos por cúpulas militares que possuíam estreitas relações com as antigas potências coloniais. As revoluções africanas tiveram lugar durante a etapa de construção do próprio sistema interafricano de relações interestatais, marcado pelo Pan-africanismo e por clivagens políticas entre neocolonialistas e progressistas (VISENTINI, 2013).

Visentini (2020) escreve que, além das revoluções resultantes das guerras anticoloniais — casos de Angola e Moçambique —, o continente africano experienciou golpes militares que introduziram regimes revolucionários de inspiração marxista-leninistas (VISENTINI, 2020). O autor explica que este último cenário foi o caso da Somália no ano de 1969, da Etiópia em 1974 e de outros quatro países francófonos: Congo-Brazzaville em 1968, Daomé/Benin nos anos de 1972-74, Madagascar em 1975 e Alto Volta/Burkina Faso no ano de 1983 (VISENTINI, 2020).

Nestes casos, muitos dos militares não tinham conhecimento teórico do marxismo, mas admiravam os líderes cubanos e soviéticos e se inspiravam nos instrumentos utilizados na centralização do Estado socialista e no desenvolvimento econômico-social (VISENTINI, 2020). Chamadas pelo autor de regimes militares marxistas, estes se diferenciam dos Estados regidos pelo socialismo africano dos anos 1950 e 1960 (VISENTINI, 2020).

Os regimes militares radicais da África se distinguem por terem sido formados por um exército e não por um partido político (MARKAKIS; WALLER, 1986). Deste modo, a questão de quem está no poder do Estado (se é um partido ou um exército) tem menos relevância do que a natureza do poder estatal que o partido ou o exército exerce (MARKAKIS; WALLER, 1986). Markakis e Waller (1986) apontam que “o importante não são as políticas que um regime adotou, mas sim os meios escolhidos para levá-las adiante, e a ordem política, econômica e social resultante delas” (MARKAKIS; WALLER, 1986, p. 6, tradução nossa)¹³.

Diferentemente das intervenções militares convencionais, nos regimes militares marxistas houve uma tentativa — por parte dos governantes militares — de construir as bases

¹³ No original: “For what is important is not so much the policies that a regime has adopted, as the means chosen to carry them through, and the resulting political, economic and social order”.

do Estado pós-colonial em um novo consenso político baseado no marxismo (MARKAKIS; WALLER, 1986):

O Estado tornou-se o agente controlador nos processos de produção e distribuição de recursos materiais e sociais. O acesso a ele se mostrou essencial para o bem-estar humano e, inevitavelmente, os grupos étnicos e as classes sociais lutaram por uma parcela maior do poder monopolizado pela elite governante. Os regimes pós-coloniais foram confrontados com múltiplas oposições provenientes de classes sociais alienadas que desafiaram seu controle do Estado, e de grupos étnicos e regionais dissidentes que desafiaram a existência do próprio Estado (MARKAKIS; WALLER, 1986, p.2, tradução nossa)¹⁴.

Hughes (1992) cataloga diversos motivos que explicam a adesão ao marxismo nas ideologias revolucionárias africanas na segunda metade do século XX (HUGHES, 1992). Dentre esses motivos, o marxismo enquanto ideologia era visto como superior pelas nações africanas, como uma alternativa ao capitalismo burguês ocidental — compreendido como a raiz dos problemas da África — e ao socialismo africano da década de 1960 (HUGHES, 1992). Ademais, o marxismo era aderido por radicais africanos que tinham o objetivo de, nas palavras de Hughes (1992) “transformar economias coloniais atrasadas em Estados industriais modernos” (HUGHES, 1992, p.15, tradução nossa)¹⁵.

Botchway e Traore (2018) dissertam que, devido ao caráter hierárquico dos militares em contraste com uma agenda política radicalmente igualitária do marxismo, parece inicialmente contraditório que regimes militares marxistas possam funcionar, porém existem casos que evidenciam a possibilidade do funcionamento (BOTCHWAY; TRAORE, 2018). Botchway e Traore (2018) analisam a intervenção dos militares e de seus governos por meio de um modelo que apresenta os soldados enquanto pretorianos e os governos militares como juntas marxistas (BOTCHWAY; TRAORE, 2018). Os autores averiguam que estes governos são “parte de questões maiores enraizadas no subdesenvolvimento do continente africano e da periferização da África no sistema capitalista global, no colonialismo e imperialismo” (BOTCHWAY; TRAORE, 2018, p. 26, tradução nossa)¹⁶.

¹⁴ No original: “(...) The state became the controlling agent in the processes of production and distribution of material and social resources. Access to it proved essential to human welfare and, inevitably, the state became the focal point of social conflict as underprivileged regions, ethnic groups and social classes fought for a greater share of power monopolized by the ruling elite. Post-colonial regimes were confronted with manifold opposition stemming from alienated social classes that challenged their control of the state, and from dissident ethnic and regional groups that challenged the existence of the state itself”.

¹⁵ No original: “(...) to transform backward colonial economies into modern industrial states”.

¹⁶ No original: “This larger crisis emanates from the peripherisation of Africa in the global capitalist system, colonialism and imperialism”.

A partir deste modelo, a intervenção militar é justificada como parte de uma luta popular, nas palavras dos autores “uma revolução das massas empobrecidas contra um sistema burguês de classe dominante capitalista” (BOTCHWAY; TRAORE, 2018, p.26, tradução nossa)¹⁷. E os militares se tornam “a via que unifica a regra popular com um governo de orientação socialista” (BOTCHWAY; TRAORE, 2018, p. 26, tradução nossa)¹⁸. O marxismo oferecia aos militares uma doutrina de desenvolvimento que pregava o desmantelamento do poder oligárquico — o qual era visto como um impedimento ao bem-estar do povo — e a sua substituição por um Estado eficiente conciliado a um campesinato independente (VISENTINI, 2020).

Markakis e Waller (1986) explicam que os regimes militares marxistas no continente africano não foram intervenções militares convencionais destinadas a manter o *status quo*, mas sim intervenções militares que tentaram reestruturar o sistema político para evitar uma restauração neocolonial (MARKAKIS; WALLER, 1986). Os regimes neocoloniais dos países africanos se mostraram instáveis, sendo então sucedidos por golpes militares de tipo tradicional, mas que eram incapazes de manter a coesão interna e fortalecer o desenvolvimento econômico (VISENTINI, 2020).

O marxismo foi conciliado com o nacionalismo na tentativa de produzir um consenso político de apoio ao Estado (MARKAKIS; WALLER, 1986). Isto porque “o Exército, nestes países [que aderiram aos regimes militares marxistas], era uma das poucas instituições realmente nacionais em termos de extração regional e social” (VISENTINI, 2020, p.37-38). Markakis e Waller (1986) aprofundam a discussão ao escrever que:

Para este fim utilizam meios convencionais, tais como a promoção do nacionalismo estatal, a expansão do aparato estatal, particularmente os ramos militar e de segurança e a forte supressão da oposição. O papel econômico do Estado é ainda mais reforçado ao trazer mais setores da economia sob propriedade e gestão do Estado, uma política retratada em termos de princípios marxistas. Estes últimos também são amplamente utilizados para promover a participação de massas em organizações controladas pelo Estado, para justificar a eliminação de associações independentes e para retratar uma futura sociedade dedicada ao bem-estar das massas e sob seu controle (MARKAKIS; WALLER, 1986, p. 6, tradução nossa)¹⁹.

¹⁷ No original: “(...) a revolution of the impoverished masses against a bourgeoisie capitalist ruling class system”.

¹⁸ No original: “The military, then, is the channel through which to create a popular rule and government that is socialist”.

¹⁹ No original: “To this end they use conventional means, such as the promotion of state nationalism, the expansion of the state apparatus, particularly the military and security branches, and the forceful suppression of the opposition. The economic role of the state is further strengthened by bringing more sectors of the economy under state ownership and management, a policy depicted in terms of Marxist principles. The latter are also used extensively to promote mass participation in state-controlled organizations to justify the elimination of independent associations and to portray a future society devoted to the welfare of the masses and under their control”.

Ao tratar sobre esse assunto, Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rothchild (1992) dividem os processos políticos africanos em cinco grupos, dos quais apenas os dois últimos possuem relevância para este trabalho. Denominado pelos autores de regimes partidário-centralistas²⁰, essa categoria inclui os Estados afro-marxistas, como Angola, Moçambique, Etiópia, Congo, Benin e Guiné-Bissau (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992). A segunda categoria, chamada pelos autores de regimes populistas²¹, inclui o Estado de Burkina Faso (Alto Volta) sob a liderança de Thomas Sankara, militar de carreira (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992).

Na explicação dos autores Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rothchild (1992), os anos 1980 trouxeram diversas transições no continente africano, como revoltas populistas e golpes de Estado, que acabaram por ampliar os conflitos políticos em determinados países (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992). Com o rompimento de regimes neocoloniais, formas populistas de governo foram criadas e, em Estados como Alto Volta (Burkina Faso), o populismo foi interligado com o regime militar que ascendeu ao poder em 1983 (CHAZAN; MORTIMER; RAVENHILL; ROTHCHILD, 1992).

O marxismo serviu como a base ideológica para as escolhas políticas e econômicas dos regimes militares marxistas, além de racionalizar o envolvimento político como parte de uma agenda radical das massas (BOTCHWAY; TRAORE, 2018). Hughes (1992) pontua ainda que, devido a natureza específica do marxismo no continente africano, os regimes que adotaram a ideologia marxista adquiriram certa autonomia em relação à Moscou, o que os levou a se associar com outros Estados revolucionários nas relações internacionais, como Cuba, por exemplo, que foi grande parceira de Estados marxistas africanos (HUGHES, 1992).

Por fim, sabe-se que os regimes militares radicais tomaram o poder em situações de crise estrutural do Estado e que o apelo ao socialismo neste contexto criou uma necessidade primária de defesa do Estado (MARKAKIS; WALLER, 1986). Visto isso, os regimes marxistas africanos se constituíram como eventos na África pós-colonial. Apesar de terem sido implantados por meio de golpes de Estado e liderados por militares, os regimes militares marxistas foram fomentados por ambições domésticas, mais do que por fatores geopolíticos e alianças internacionais (VISENTINI, 2020).

Nos pontos positivos dos regimes militares marxistas, houve diversos avanços nos campos social, político, educacional dentre outros (VISENTINI, 2020). Contudo, a década de 1980 trouxe dificuldades internas e pressões econômicas externas e, com o dismantelamento

²⁰ No original: “Party-centralist regimes”.

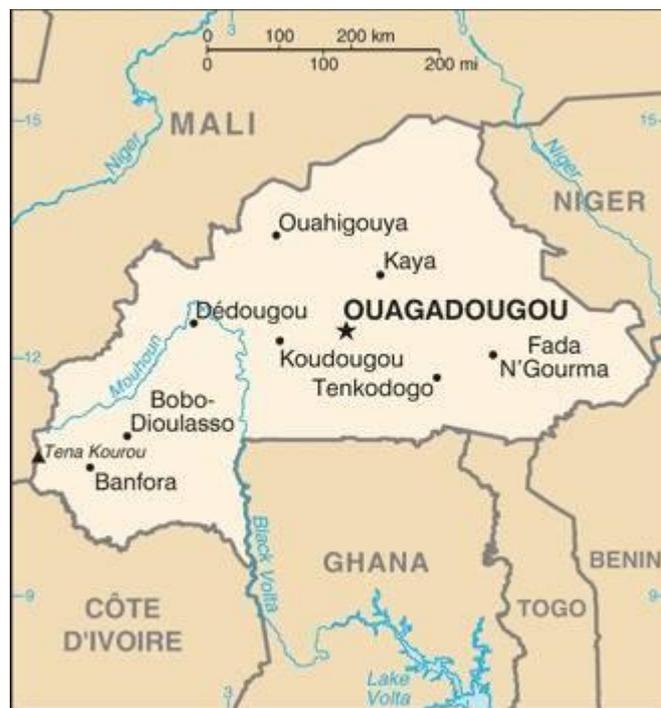
²¹ No original: “Populist regimes”.

da URSS no início da década de 1990, veio as reformas econômicas e políticas de orientação liberal em muitos destes países (VISENTINI, 2020). No próximo capítulo, analisa-se o processo revolucionário que ocorreu em Burkina Faso (chamado de Alto Volta na época) entre os anos de 1983 até 1987, sob a liderança do militar Thomas Sankara e do Conselho Nacional da Revolução (CNR).

3 A REVOLUÇÃO DE BURKINA FASO DE 1983

O Estado de Burkina Faso, chamado de Alto Volta durante seu período colonial, é um país localizado na África Ocidental, ao Sul do deserto do Saara no Sahel e possui fronteiras com Costa do Marfim, Gana, Togo e Benin ao Sul; Mali ao Oeste e Norte; e Níger ao Leste (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). A capital é a cidade de Ouagadougou, localizada no centro do país e a língua oficial é o francês. A população atual do país é de cerca de 21,4 milhões de pessoas, sendo 61.5% da população muçulmana (CIA, 2022). Abaixo, na Figura 1, encontra-se um mapa de Burkina Faso:

Figura 1 - Mapa de Burkina Faso



Fonte: Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (CIA, 2022)

O país possui bastante diversidade étnica, sendo a maioria da população das etnias Mossi e Fulani (CIA, 2022). A formação do Estado de Alto Volta remonta ao Império Mossi, um dos grandes impérios do continente africano. As origens de formação do Império Mossi datam do século X até o final do século XIX e até os dias atuais a herança Mossi é bastante respeitada em todo o país (MCFARLAND; RUPLEY, 1998).

A instabilidade política é uma constante ao longo da história de Burkina Faso. Ex-colônia da França, Burkina Faso (na época, Alto Volta) se torna independente em 1960, no Ano

Africano. Maurice Yaméogo²² foi o primeiro presidente do Estado independente, e ficou no poder até 3 de janeiro de 1966, quando foi deposto por um golpe de Estado liderado por Sangoulé Lamizana²³, que implantou no país uma ditadura militar que durou 14 anos (1966-1980) (OTAYEK, 1986). No curto período de 1980 até 1983, Burkina Faso enfrentou três mudanças de regime.

No ano de 1983, o capitão Thomas Sankara — em uma aliança com o proletariado urbano, os trabalhadores rurais, partidos políticos de esquerda, sindicatos, parte do Exército alto-voltense e inspirado por ideais marxistas — concretizou a Revolução de Agosto, instituindo o Estado revolucionário de Burkina Faso. Em 1984, Sankara, liderando o Conselho Nacional da Revolução (CNR), mudou o nome do país para Burkina Faso (que significa “terra dos homens íntegros”) e estabeleceu Comitês de Defesa da Revolução (CDRs) por todo o país (VISENTINI, 2020).

A renomeação do país foi, de acordo com Amber Murrey (2018) “um gesto simbólico que honrou o conhecimento local e a língua” (MURREY, 2018, p.13, tradução nossa)²⁴. O novo nome remonta a trajetória histórica de formação do Estado, conforme explica Murrey (2018) ao escrever que “na língua Mossi, Burkina significa ‘integridade’, [‘Bé’ em Ffulfulde significa ‘pessoas’, enquanto Faso em Douala significa ‘terra natal’]. A partir destes três emergiu Burkina Faso e o novo Burkinabè” (MURREY, 2018, p.13, tradução nossa)²⁵.

Durante os 4 anos que Burkina Faso esteve sob o controle revolucionário de Thomas Sankara e do CNR, inúmeras mudanças foram implementadas no país. A administração de Sankara tinha como objetivo principal tornar Burkina Faso uma nação independente (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Dentre as principais mudanças estruturais, houve o estabelecimento de Tribunais Populares Revolucionários (TPRs), que tinham o objetivo de trazer à justiça políticos e funcionários corruptos de administrações anteriores; e a criação de um Programa de Desenvolvimento Popular (PDP)²⁶, programa econômico do CNR para uma melhor administração da economia estatal (OTAYEK, 1986). Em um país majoritariamente rural, a Revolução, por meio dos CDRs, iniciou uma campanha nacional de vacinação, além de

²² Maurice Yaméogo (1921-1993) foi o primeiro Presidente de Alto Volta (Burkina Faso), sendo deposto por um golpe de Estado em 1966 (HARSCH, 2017).

²³ Abubacar Sangoulé Lamizana (1916-2005) foi um militar e político de Alto Volta (Burkina Faso), sendo o segundo presidente do país após a independência (HARSCH, 2017).

²⁴ No original: “(...) was a symbolic gesture of unity that honoured local knowledge and language”.

²⁵ No original: “In the Mossi language Burkina means ‘integrity’, ‘bé’ in Ffulfulde means people while Faso in Diouala means ‘homeland’. From these three emerged Burkina Faso and the new Burkinabè”.

²⁶ Em francês: Programme Populaire de Développement (PPD).

criar políticas públicas com o intuito de inserir mulheres em cargos militares e políticos que antes eram ocupados somente por homens (MCFARLAND; RUPLEY, 1998).

Como uma forma de mudança social, a Revolução de 1983 foi guiada e sustentada por ideais políticos e até a morte de Thomas Sankara em 1987, esse processo de mudança social contou também com a figura política, militar e humana de Sankara (BOTCHWAY; TRAORE, 2018). Mais do que o Presidente do país, Sankara se tornou uma figura quase que mítica e sua história de vida e *práxis* política são, até hoje, fonte de inspiração para a juventude anti-imperialista, em todo o continente africano e além dele (MURREY, 2018).

A Revolução de 1983 de Burkina Faso é uma das últimas experiências socialistas na África. Este evento revolucionário ocorreu em consequência da ascensão de novas forças políticas e sociais, especialmente partidos políticos de pequeno porte e sindicatos nacionais, organizações conectadas ideologicamente por uma orientação marxista-leninista (OTAYEK, 1986).

Thomas Sankara foi Presidente de Burkina Faso por 4 anos e dois meses até seu assassinato no dia 15 de outubro de 1987 (MURREY, 2018). Com a morte de seu líder, a Revolução se enfraqueceu em seus alicerces. A rivalidade interna dentro do CNR e a interferência externa de potências ocidentais como Estados Unidos e França são os principais motivos que levaram ao golpe de 1987, que colocou no poder do país Blaise Compaoré (VISENTINI, 2020). Contudo, apesar do curto período de Revolução, a mobilização social e as realizações foram eficientes e intensas (VISENTINI, 2020).

Deste modo, com o intuito de dar continuidade ao tema central desta monografia, a Revolução de Burkina Faso de 1983, este capítulo se divide em três partes. Primeiramente, trata-se dos condicionantes internos e os fatores externos que criaram as condições ideais para uma revolução de orientação marxista-leninista no país. Em seguida, discute-se sobre a figura pessoal, política e militar de Thomas Sankara, idealizador da Revolução e Presidente de Burkina Faso. Por fim, aborda-se a formação do Estado revolucionário e as rupturas estruturais da Revolução.

3.1. CONDICIONANTES INTERNOS E DIMENSÕES EXTERNAS

A formação histórica e política do Estado de Burkina Faso (Alto Volta) demarca o centro de poder político a partir das interações entre os cidadãos, a elite governante e as instituições coloniais francesas (HARSCH, 2017). As sociedades pré-coloniais de Alto Volta

abrangeram diversos agrupamentos relativamente descentralizados que cobriam determinadas extensões de território e um certo número de pessoas para o Império Mossi, cuja organização política contava com maior hierarquia e centralização (HARSCH, 2017).

Em 1896, colonizadores franceses impuseram impostos à população local e no ano de 1919, com a conquista da capital Ouagadougou, Alto Volta se tornou oficialmente um protetorado francês (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Sendo um país pequeno e sem saída para o mar, a economia de Alto Volta foi moldada durante o período colonial (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). A economia é altamente agrária, o país possui recursos naturais limitados e apesar de possuir reservas de ouro, manganês e zinco, a falta de industrialização e do desenvolvimento de estradas impede a extração apropriada destes minérios (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Os movimentos nacionalistas que eclodiram no período posterior à Segunda Guerra Mundial estimularam a libertação nacional e a emancipação de diversos territórios em todo o mundo colonial. Entretanto, havia a ausência de uma grande mobilização popular em Alto Volta e a elite civil não estava necessariamente interessada em se desvencilhar politicamente da França (HARSCH, 2017). A situação começou a mudar com as sutis modificações feitas pela administração colonial, como a eliminação de trabalhos forçados no país entre 1945-1946, a diminuição da censura — com a permissão de certa liberdade de imprensa — e a renomeação das colônias para “territórios” (HARSCH, 2017). Com a conquista da independência de Gana em 1957, administradores franceses, chefes tradicionais, políticos, intelectuais e líderes sindicais alto-voltenses iniciaram seus projetos individuais e específicos para o futuro de Alto Volta (HARSCH, 2017).

Sendo um Estado com uma grande diversidade de grupos étnicos, era extremamente complexo para Alto Volta estabelecer lideranças que unificassem os interesses das diferentes etnias. A arena política se tornou um território importante para os chefes tradicionais Mossi, em especial para o *Mogho Naba*. O *Mogho Naba* é um título destinado ao descendente direto da Princesa Yennenga, sendo carregado por aquele que se torna a maior autoridade tradicional do país, responsável por facilitar o diálogo entre cristãos e muçulmanos, além de ter muita influência política (HARSCH, 2017). A confiança do povo no *Mogho Naba* e nos demais chefes tradicionais possui como principal motivação a fé, pois há a crença de que estes homens foram escolhidos por Deus e, portanto, são os mais aptos a ocupar as funções religiosas e administrativas (HARSCH, 2017). Em junho de 1948 houve a primeira eleição de assembleias locais — eleições restritas a menos de 5% da população adulta — e o partido formado pelos chefes tradicionais ganhou com facilidade (HARSCH, 2017).

Os intelectuais alto-voltenses nacionalistas se refugiaram na Costa do Marfim, aderindo ao partido regional Assembleia Democrática Africana (ADA)²⁷ (HARSCH, 2017). Durante a década de 1950, Alto Volta presenciou o surgimento de diversos partidos políticos, porém todos pequenos e sem grande relevância. O que realmente importava era contar com o apoio dos chefes tradicionais e do *Mogho Naba*, e para isso os candidatos se aproximavam dos Chefes com presentes e propostas, assegurando-se de que estes “grandes eleitores” ajudariam a entregar os votos necessários para as eleições locais (HARSCH, 2017).

No final da década de 1950 a França convocou suas colônias na África Ocidental e Central para um referendo, que tinha o objetivo de aprovar a criação de uma Comunidade Franco-Africana (HARSCH, 2017). Os territórios que optassem por não participar dessa Comunidade seguiriam seu próprio caminho, e em Alto Volta os principais partidos — o ADA e o Movimento Democrático Voltaico (MDV)²⁸ — votaram “sim”, em oposição aos Chefes Tradicionais e aos pequenos partidos formados por professores, sindicalistas e acadêmicos radicais (HARSCH, 2017). Alto Volta se tornou uma arena de demonstração de disputas de poder entre as diferentes facções políticas e somente a declaração do governo francês em 1959 de que os territórios francófonos na África poderiam declarar independência sem perder a ajuda financeira fez com que os grupos políticos de Alto Volta se organizassem para comandar o que viria a se tornar, no ano seguinte, um país independente (HARSCH, 2017).

Assim, o Estado de Alto Volta conquista sua independência da França no dia 5 de agosto de 1960, tendo Maurice Yaméogo como Primeiro Presidente, com a aprovação da antiga metrópole (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Assim como muitos outros Estados africanos, a pós-independência do país foi caracterizada por sucessivas ditaduras militares de média e longa duração. Visentini, Ribeiro e Pereira (2012) escrevem que a maioria das elites neocoloniais procuram manter relações amistosas com a antiga metrópole e, no caso dos países francófonos isso era ainda mais evidente, pois a França se encarregava do papel de ‘ajudar’ esses novos países a se inserir internacionalmente (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2012).

A cooptação da elite alto-voltense pela França se revelou como a base da dependência neocolonial que este país teve — e tem, até hoje — da antiga metrópole. A fragilidade econômica, o subdesenvolvimento e a desigualdade social são heranças do colonialismo e questões que perduram na história do Estado, frágil em seu aparato estatal e suscetível a crises políticas e golpes de Estado. Baxter e Sommerville (1989) dissertam sobre como Alto Volta foi utilizado apenas como uma colônia de abastecimento de força de trabalho reserva para o resto

²⁷ Em francês: Rassemblement Démocratique Africain (RDA).

²⁸ Em francês: Mouvement Démocratique Voltaïque (MDV).

da África Ocidental francófona, fator que promoveu e promove até hoje uma intensa migração de pessoas para os demais países da região, ocasionando crises migratórias e instabilidades nas relações diplomáticas com os países vizinhos (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Reeleito em 1965 por 99% dos votos, os governos de Maurice Yaméogo são caracterizados pelo autoritarismo e perseguição aos partidos de oposição, além da crise econômica (OTAYEK, 1986). Embora oficialmente não houvesse mais uma administração colonial em Alto Volta, o governo de Yaméogo, nas palavras de Ernest Harsch (2017), “se manteve agarrado ao cordão umbilical francês” (HARSCH, 2017, p. 22, tradução nossa)²⁹. Entretanto, o seu segundo mandato durou pouco, pois em janeiro de 1966 os militares promoveram um golpe de Estado e colocaram no poder o tenente-coronel Sangoulé Lamizana, que implementou medidas econômicas austeras para lidar com a crise econômica (OTAYEK, 1986). A ditadura militar de Sangoulé Lamizana durou 14 anos (1966-1980) (OTAYEK, 1986).

Caracterizada pela sua ambiguidade na esfera diplomática, o governo ditatorial de Lamizana traçou uma política externa de apoio diplomático à países como o Egito enquanto também se utilizou de políticas liberalizantes na esfera econômica para se fortalecer diplomaticamente com os países ocidentais, especialmente Estados Unidos e França (MCFARLAND; RUPLEY, 1998). Sobre a França, o governo de Sangoulé Lamizana aproximou-se politicamente com esse país, favorecendo a antiga potência colonial em acordos bilaterais, principalmente no campo industrial e de recursos naturais (MCFARLAND; RUPLEY, 1998).

Durante este período, o relacionamento de Alto Volta com os Estados vizinhos foi conturbado, em especial com o Mali. Existe uma disputa entre Alto Volta e Mali sobre a região conhecida como a Faixa de Agacher, situada ao nordeste de Alto Volta e ao norte do Mali, uma região rica em gás natural e recursos minerais (NALDI, 1986). A reivindicação do Mali sobre o local está baseada em conceitos étnicos, enquanto Alto Volta advoga nas heranças coloniais (NALDI, 1986). Em 1974, a disputa fronteiriça desencadeou uma guerra, chamada de Guerra da Faixa de Agacher.

Thomas Sankara era um dos diversos soldados enviados por Alto Volta para lutar. Ele comandou um pequeno grupo responsável por capturar alguns combatentes malianos e, na ocasião, o evento foi mencionado na imprensa, que aderiu à Sankara o título de herói de guerra (HARSCH, 2014). No entanto, Sankara era um grande crítico da guerra, pois acreditava que não tinha sentido lutar por fronteiras estabelecidas por colonizadores (WILKINS, 1989). De

²⁹ No original: “Yaméogo held onto the French umbilical cord”.

acordo com Wilkins (1989), Sankara considerava aquela guerra como uma consequência da injustiça social criada pelo colonialismo e perpetuada pelas elites dominantes de ambos os países (WILKINS, 1989).

A guerra teve fim com a mediação da Organização da Unidade Africana (OUA), que estabeleceu uma demarcação independente da fronteira por meio de uma comissão técnica neutra, e em troca os governantes de ambos os Estados renunciaram ao uso da força como forma de resolver a disputa (NALDI, 1986). Além da guerra, a década de 1970 trouxe um período de seca e fome em Alto Volta, assim como em toda a África Ocidental (HARSCH, 2017). Com a escassez de comida, a morte de rebanhos de gado, a falta de água potável e o crescimento exponencial da pobreza em um país que já era extremamente pobre, a pressão interna para a realização de eleições democráticas crescia sob o regime ditatorial de Lamizana (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Como forma de resolver a questão das eleições, Lamizana se juntou ao partido União Democrática Voltense/Coligação Democrática Africana (UDV-CDA)³⁰ e se reelegeu em 1978 (OTAYEK, 1986). A administração estatal havia se tornado um refúgio seguro para os apoiadores do partido do presidente, enquanto o país enfrentava uma crise severa em seu aparato estatal, com precarização, nepotismo e corrupção (OTAYEK, 1986). A instabilidade política provocou, no curto período de 3 anos até a Revolução de Thomas Sankara, três mudanças de regime no Estado de Alto Volta.

O ano de 1980 expôs a insatisfação popular crescente com o país, com revoltas e greves durante quase todo o ano. No final de novembro deste ano, houve um golpe de Estado que colocou no poder o coronel Saye Zerbo³¹, que logo em seguida formou o Comitê Militar para a Recuperação do Progresso Nacional (CMRPN)³², com o apoio das Forças Armadas e das lideranças tradicionais (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Contudo, apesar do apoio de grande parte do Exército no golpe de 1980, esta mesma Instituição se encontrava bastante dividida, com cisões e grupos que possuíam ideias e ideologias diferentes para o rumo do país. A organização marxista-leninista Liga Patriótica para o Desenvolvimento (LIPAD)³³, liderada por Soumane Touré e bastante popular entre a ala mais jovem do Exército — dentre a qual faziam parte os jovens militares Thomas Sankara e Blaise

³⁰ Em francês: Union Démocratique Voltaïque/Ralliement Africain Démocratique (UDV-RDA).

³¹ Saye Zerbo (1932-2013) foi militar e político de Alto Volta (Burkina Faso) (HARSCH, 2017).

³² Em francês: Comité Militaire de Redressement pour le Progrès National (CMRPN).

³³ Em francês: Ligue Patriotique pour le Développement (LIPAD).

Compaoré — fez oposição ao golpe de Zerbo e ao seu curto governo (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

As medidas econômicas de Zerbo não estavam solucionando a questão da crise econômica do país, e a situação se deteriorou em 1982 com a divulgação de uma série de casos de corrupção de altos funcionários do governo, militares e banqueiros internacionais (HARSCH, 2017). A intensa cobertura da mídia estatal nesses casos ocorreu com o incentivo do jovem Ministro de Informação do governo, o capitão Thomas Sankara, que encorajava os jornalistas a escrever livremente e a criticar o regime (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Esse escândalo foi o estopim para a queda de Zerbo e, em novembro de 1982, Saye Zerbo foi derrubado por um novo golpe de Estado e o major Jean-Baptiste Ouedraogo³⁴ assumiu o governo do país, utilizando-se de seu cargo para oprimir e prender opositores (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Duas décadas haviam se passado desde a independência do país, e a situação estava cada vez mais complicada. A desilusão com a política era crescente por parte dos civis, que acreditavam que nem a elite militar e nem a elite civil pareciam oferecer uma alternativa decente ao subdesenvolvimento e miséria do país (HARSCH, 2017). O regime militar de Ouedraogo formou o Conselho de Salvação do Povo (CSP)³⁵, que em uma tentativa de unificar o Exército, estabeleceu um acordo com o LIPAD e nomeou Thomas Sankara como Primeiro-Ministro do governo (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

A nomeação de Sankara tinha o objetivo de apaziguar a ala de capitães do Exército voltense e os partidos de esquerda, além de tentar evitar o agravamento da crise política no país. Contudo, a prisão política de Thomas Sankara e a ordem de prisão do seu braço direito, o capitão Blaise Compaoré, em maio de 1983 foi o estopim necessário para uma revolta de grandes proporções que viria a se tornar uma revolução nacional em agosto daquele mesmo ano (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Todavia, para entender a Revolução de 1983, é necessário conhecer o seu idealizador, líder e figura central, Thomas Sankara.

3.2. A LIDERANÇA POLÍTICO-MILITAR DE THOMAS SANKARA

A face da Revolução de 1983 se fez presente por Thomas Sankara, militar de carreira. Thomas Isidore Noel Ouédraogo nasceu em Alto Volta no dia 21 de dezembro de 1949, na

³⁴ Jean Baptiste-Ouedraogo, nascido em 1942, é ex-militar e político de Burkina Faso.

³⁵ Em francês: Conseil de Salut du Peuple (CSP).

pequena cidade de Yako (HARSCH, 2014). O sobrenome Ouédraogo é um dos mais comuns sobrenomes de pessoas da etnia Mossi, embora Thomas fosse Silmi-Mossi, uma categoria social marginalizada descendente historicamente das etnias Mossi e Peulh (HARSCH, 2014).

O seu pai, Joseph Sankara, era Silmi-Mossi e assumiu o sobrenome Ouédraogo ao lutar pelo Exército Francês na Segunda Guerra Mundial, enquanto a sua mãe, Marguerite Kinda, era Mossi de nascimento (HARSCH, 2014). Somente anos depois que Thomas viria a se identificar com o sobrenome Sankara (HARSCH, 2014). Thomas passou a sua infância em Gaoua, perto da fronteira com a Costa do Marfim e, devido ao trabalho de seu pai como assistente de polícia, ele foi um dos poucos jovens alto-voltenses afortunados que conseguiu se graduar no Ensino Médio (PRAIRIE, 1988).

Quando Thomas tinha 10 anos de idade, a Revolução Cubana (1959) acontecia e, de acordo com Horace G. Campbell (2018b): “mandava a mensagem que o tamanho não era uma barreira na luta pela liberdade” (CAMPBELL, 2018b, p.12, tradução nossa)³⁶. As lideranças políticas e militares de Fidel Castro e Che Guevara se tornaram fonte de inspiração para todos os jovens anti-imperialistas ao redor do mundo, e este foi o mundo em que Sankara cresceu (CAMPBELL, 2018b).

Na época, Alto Volta era uma colônia de fornecimento de trabalhadores e soldados para o sistema imperialista francês, com a exploração intensa de trabalhadores urbanos e rurais, inseridos em uma sociedade na qual a dominação francesa era mantida por meio dos órgãos coercitivos do Estado — a polícia, as forças armadas e o judiciário (CAMPBELL, 2018b). Aos 17 anos, Thomas entrou na academia militar e foi em seus anos de academia que ele descobriu a aptidão para a liderança (HARSCH, 2014).

Thomas iniciou a construção de seu pensamento político e ideológico durante as aulas de ciências sociais, sob a tutela do professor Adama Touré, que ensinava geografia e história e era conhecido por suas ideias progressistas (HARSCH, 2014). Posteriormente foi revelado que Touré era integrante do Partido de Independência Africana (PIA), uma organização marxista ilegal estabelecida no Senegal e com conexões em diferentes países da África francófona, incluindo em Alto Volta (HARSCH, 2014). Thomas não era alheio aos problemas de seu país e ao ouvir seu professor Touré falar sobre imperialismo, neocolonialismo, as revoluções soviética e chinesa, além dos movimentos de libertação que ocorriam em todo o continente africano, seu pensamento político foi sendo construído e aprimorado (HARSCH, 2014).

³⁶ No original: “The Cuban Revolution had sent a message that size was not a barrier in the fight for freedom”.

Ao completar seus estudos na academia militar, Thomas Sankara foi um de dois graduandos selecionados para passar por um treinamento avançado em Antsirabe, em Madagascar, em outubro de 1969 (HARSCH, 2014). Em Madagascar Sankara utilizou de sua estadia no país para aprimorar o seu francês, seus estudos políticos e pôde presenciar mudanças revolucionárias, pois em seu último ano no país houve grandes revoltas camponesas e greves gerais contra o regime pró-francês (HARSCH, 2014). Campbell (2018b) escreve que foi a interação com trabalhadores, camponeses e soldados — em Alto Volta e em Madagascar — que propiciou à Sankara o aprofundamento em ideais políticos e formas de organização que de fato poderiam mudar a condição de vida das pessoas (CAMPBELL, 2018b).

Em 1974, a Guerra da Faixa de Agacher trouxe à Thomas Sankara o reconhecimento nacional de herói de guerra (NALDI, 1986). A experiência na guerra fez com que Sankara percebesse que os oficiais militares estavam mais interessados em seus ganhos pessoais do que de fato treinar e manter um exército eficiente e profissional para defender o país (HARSCH, 2014). Durante a ditadura de Lamizana, greves de sindicatos emergiam por todo o país, porém faltava aos líderes sindicais o treinamento ideológico e político para unificar as suas batalhas com o campesinato pobre e analfabeto de Alto Volta (CAMPBELL, 2018b). Na época, Sankara já expressava suas opiniões marxistas com alguns outros jovens oficiais e amigos de esquerda, porém o medo de retaliação à sua carreira militar o impedia de se expressar livremente (HARSCH, 2014).

Em 1979, Thomas se casou com Mariam Serme e em 1981 o casal ganhou o seu primeiro filho, Philippe (HARSCH, 2014). Embora tentasse balancear a sua vida familiar com a sua vida profissional, Sankara não conseguia mais ignorar as condições desumanas de seu povo (HARSCH, 2014). Isso porque, por volta de 1980, Burkina Faso era uma das nações mais pobres do mundo, onde a taxa de alfabetização entre adultos mal atingia 11%, apenas 18% das crianças em idade escolar frequentavam a escola primária e só 3% conseguia chegar à escola secundária (HARSCH, 2014).

A situação era crítica e Thomas Sankara, enquanto cidadão, decidiu que era hora de utilizar de sua popularidade e aptidão para liderança para trazer mudanças estruturais na sociedade alto-voltense. Assim, durante missões de treinamento na França e no Marrocos, ele começou a se encontrar com personalidades políticas de ambos os países e se aproximou de militares que possuíam o pensamento político parecido, dentre os quais se encontrava aquele que viria a se tornar o seu grande amigo e aliado político, Blaise Compaoré (HARSCH, 2014). A militarização do poder é uma constante em Alto Volta e, dentro das Forças Armadas, jovens

militares conscientes da natureza exploradora da sociedade a qual estavam inseridos se apresentavam como salvadores do povo (CAMPBELL, 2018b).

Em 1981, Sankara assumiu sua primeira posição política como Ministro de Informação no governo de Saye Zerbo, um cargo que deveria ser temporário, mas que acabou durando sete meses (HARSCH, 2014). O escândalo que expôs a corrupção de Saye Zerbo e do alto comando militar do país foi o gatilho para um novo golpe de Estado, que desta vez colocou no poder Jean-Baptiste Ouedraogo e o Conselho de Salvação do Povo (CSP).

A necessidade de mudanças estruturais trouxe uma nova dinâmica à esfera política de Alto Volta, a convergência de interesses e unificação ideológica dos trabalhadores radicalizados e da parcela radical do Exército, a qual Thomas Sankara estava inserido (CAMPBELL, 2018b). O CSP contava com alguns jovens militares revolucionários, dentre eles amigos próximos de Sankara, como o comandante Jean-Baptiste Lingani e o segundo-tenente Hien Kilimité, ambos ocupando os postos de secretário-geral e secretário-geral adjunto, respectivamente (HARSCH, 2014). O principal objetivo do CSP era controlar a crise política e, para isso, o novo governo precisava estabelecer um bom diálogo com os sindicatos e os partidos políticos, além de sustentar o apoio dos militares (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Sankara já era uma pessoa bastante popular na época, visto tanto pela população civil quanto militar como incorruptível, devido a sua intensa atuação no caso de corrupção de Saye Zerbo.

O acordo político do LIPAD — maior organização marxista de Alto Volta — com o CSP resultou na nomeação de Thomas Sankara como Primeiro-Ministro do país (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Enquanto seus poderes políticos formais eram limitados, o cargo permitiu à Sankara uma visibilidade nacional e um crescimento de sua rede de apoio e suporte (HARSCH, 2017). Ao assumir o cargo público, nas palavras de Harsch (2017): “Sankara enfatizou que os membros do governo deveriam servir ao povo, e não a eles mesmos” (HARSCH, 2017, p.43, tradução nossa)³⁷.

A popularidade de Sankara já era vista como uma situação problemática para Ouedraogo e para os conservadores, porém a situação se agravou em maio de 1983, durante a visita de Guy Penne, Conselheiro de Assuntos Africanos do presidente francês Mitterrand ao país (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). A ala de capitães do Exército ganhou nome de “ala sankarista”, devido ao seu apoio unânime à Sankara, e o medo de que um novo golpe de Estado estivesse em andamento fez com que Ouedraogo ordenasse a prisão de Sankara e seus aliados militares (HARSCH, 2017). A acusação do Presidente Ouedraogo foi de que o LIPAD e o PIA estavam

³⁷ No original: “he emphasized that government members were there to serve the people, not to serve themselves”.

utilizando Sankara para avançar um projeto comunista no país (HARSCH, 2017). A visita de Guy Penne aconteceu durante esse período e, após a ordem de prisão de Sankara e de outros capitães da ala radical do Exército, o governo de Ouedraogo recebeu uma ajuda financeira da França, para tentar “estabilizar” Alto Volta e evitar que o país caísse nas mãos de um golpe comunista (HARSCH, 2017).

O capitão Thomas Sankara, o capitão Henri Zongo e o major Jean-Baptiste Lingani foram presos, enquanto o capitão Blaise Compaoré, que também recebeu ordem de prisão, conseguiu escapar (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Ao escapar da prisão, Compaoré se juntou aos sindicatos, partidos políticos e ao campesinato para iniciar uma revolta no campo de treinamento militar mais estratégico do país, em Pô, na fronteira com Gana (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). A prisão de Sankara e seus aliados não passou despercebida nas demais regiões do país, e na capital houve grandes manifestações que reuniram sindicalistas, universitários e trabalhadores em protestos que pediam a libertação de Sankara, contando também com slogans anti-imperialistas e pedindo o fim da interferência francesa nos assuntos internos de Alto Volta (HARSCH, 2017).

A tomada de Pô por Blaise Compaoré foi a prova concreta de quebra de autoridade do governo de Ouedraogo, um desafio direto ao Presidente e serviu também como moeda de troca para a libertação de Sankara, Zongo e Lingani (HARSCH, 2017). A libertação de Sankara não apaziguou a população civil e, sofrendo forte pressão política e com a popularidade e credibilidade cada vez mais decadente, Ouedraogo não tinha mais como se manter no governo (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). O campo “sankarista” ganhava mais poder e popularidade, e ao longo dos meses seguintes, as lideranças ocuparam cidades estratégicas para o controle do país (HARSCH, 2017).

Assim, no dia 4 de agosto de 1983, o capitão Thomas Sankara e seus aliados tomam o poder da República do Alto Volta ao marchar e conquistar a capital Ouagadougou, dando início a um período de radicalização política e ideológica (OTAYEK, 1986). Na política, o carisma é uma qualidade especial de liderança que envolve o imaginário popular e inspira lealdade inabalável, confiança e devoção; e Thomas Sankara, ao tomar o poder, possuía e inspirava todas essas características (SKINNER, 1988). O Discurso de Orientação Política, proclamado por Thomas Sankara no dia 2 de outubro de 1983, teve como objetivo orientar, ideologicamente, o caráter da revolução. Nas palavras de Sankara, dentro de Fazzio e Manoel (2019):

Nosso povo resistiu ao teste da luta heroica e finalmente triunfou na noite de 4 de agosto de 1983, que agora se tornou histórica. Passaram-se quase dois meses desde que a revolução se tornou um passo irreversível em nosso país. Dois meses desde que

o povo combatente de Alto Volta mobilizou-se como um só soldado por detrás do Conselho Nacional Revolucionário (CNR) para construir uma nova sociedade voltaica, livre, independente e próspera, livre de injustiças sociais, libertada da secular dominação e exploração do imperialismo internacional (FAZZIO; MANOEL, 2019, p.295).

Para Thomas Sankara, a pobreza de seu país era consequência de dois fatores: o primeiro era o status de alienação provocado pelos colonizadores franceses na população local, e o segundo fator dizia a respeito do fenômeno da força de trabalho forçada que drenava a energia e vitalidade do povo burkinabe, especialmente os mais jovens, que migravam para a Costa do Marfim e para outras nações da região em busca de trabalho (WILKINS, 1989). Aos 33 anos, o agora Presidente de Burkina Faso, orientou a política do país no combate à corrupção, na prevenção da fome, na igualdade de gênero e na preocupação com pautas ambientais, especialmente com o reflorestamento (CHANDO; TCHOUTEU, 2019). Thomas Sankara foi um dos grandes líderes africanos que almejava uma nova dimensão sociopolítica para o continente, livre do neocolonialismo e do controle francês de suas antigas colônias e territórios africanos (CHANDO; TCHOUTEU, 2019).

As decisões políticas radicais de Sankara no período revolucionário de Burkina Faso emergiram no mesmo momento que líderes como Samora Machel clamavam por uma maior mobilização contra o imperialismo (CAMPBELL, 2018b). Agir contra o sistema capitalista — enquanto líder de uma jovem nação, desestabilizada internamente como consequência de séculos de imperialismo e colonialismo — é batalhar constantemente para equilibrar o tripé da luta revolucionária: o apoio social, o compromisso aos ideais ideológicos e a luta pela soberania nacional e não-intervenção externa. E quando o equilíbrio não é mantido, as consequências são fatais. Samora Machel foi morto em outubro de 1986 e Thomas Sankara foi morto um ano depois, em outubro de 1987, pondo fim aos 4 anos de experiência revolucionária de Burkina Faso (CAMPBELL, 2018b).

3.3. A FORMAÇÃO DO ESTADO REVOLUCIONÁRIO E AS RUPTURAS ESTRUTURAIS

Na noite do dia 4 de agosto, o dia da Revolução Popular, Thomas Sankara dirige-se à nação, por meio da transmissão de rádio em três idiomas diferentes, e anuncia a formação do Conselho Nacional da Revolução (CNR), enfatizando que a criação deste órgão serviria à todos os setores da sociedade (HARSCH, 2017). Os quatro líderes da Revolução — Sankara,

Compaoré, Lingani e Zongo — incentivaram a participação de outros militares, sindicalistas e personalidades políticas de esquerda (especialmente representantes do LIPAD e PIA) a se juntarem ao CNR (HARSCH, 2017). Ao expressar publicamente o caráter revolucionário de seu governo, Sankara explicita o seu objetivo de promover mudanças políticas, econômicas e estruturais no país (HARSCH, 2017). Neste sentido, a Revolução de Agosto se constitui como uma profunda ruptura, em diferentes níveis (OTAYEK, 1986).

O CNR possuía autoridade nacional, e para promover as ações revolucionárias à nível regional, foram criados os Comitês de Defesa da Revolução (CDRs), inspirados em estruturas similares de Cuba, Gana e Etiópia, que tinham como função principal mobilizar a população em todos os setores de produção, da administração ao exército (OTAYEK, 1986). No dia 5 de agosto, um decreto nacional estabeleceu a divisão do país em 30 províncias sob a autoridade de altos comissários e cerca de 250 departamentos com prefeitos e governos locais divididos em distritos e aldeias (MCFARLAND; RUPLEY, 1998). O objetivo era expandir a autoridade estatal para todo o território nacional, focando especificamente no interior do país (HARSCH, 2017).

Na esfera internacional, a proclamação de um Estado revolucionário em um pequeno país da África Ocidental repercutiu em todo o continente. O primeiro país a parabenizar o novo governo foi a Líbia de Muammar al-Gaddafi no dia 6 de agosto (MCFARLAND; RUPLEY, 1998). Gaddafi enviou um avião líbio com ajuda humanitária e armamentos, porém Sankara pediu que o envio fosse cessado, pois não havia necessidade (MCFARLAND; RUPLEY, 1998). A primeira visita oficial de Estado do Presidente Sankara foi ao Mali, onde também foi anunciado que a disputa de fronteira entre Alto-Volta e Mali seria submetida à Corte Internacional de Justiça (CIJ) (MCFARLAND; RUPLEY, 1998).

No dia 24 de agosto, Thomas Sankara forma o seu governo, com Blaise Compaoré como Ministro do Estado; Jean-Baptiste Lingani como Ministro da Defesa Nacional e Arba Diallo como Ministro de Relações Exteriores (MCFARLAND; RUPLEY, 1998). O Discurso de Orientação Política, proclamado por Thomas Sankara no dia 2 de outubro de 1983, teve como objetivo orientar a população sobre as ações revolucionárias tomadas pelo governo, incluindo a inserção de mulheres em posições de poder na sociedade voltaica (MCFARLAND; RUPLEY, 1998).

Assim, o primeiro ano de Revolução foi de organização interna, com orientações do CNR para as medidas que o governo revolucionário pretendia pôr em prática. Para se estabelecer no poder, a administração de Sankara contou com o apoio de organizações políticas, sindicatos, universitários, trabalhadores urbanos e rurais e partidos políticos de esquerda, como

o LIPAD (OTAYEK, 1986). A iniciativa de Sankara tinha o objetivo de estabelecer uma base de apoio concreta e estável em seu governo, para que as políticas estruturais pudessem ser feitas sem grandes interferências, e para isso era necessário tanto o apoio popular quanto o apoio militar (OTAYEK, 1986). Deste modo, com o intuito de expandir a base de apoio popular, foi criado o Fundo Solidário Revolucionário, um fundo monetário estatal com o objetivo de promover maior distribuição de alimentos, especialmente nas áreas rurais (MCFARLAND; RUPLEY, 1998).

O nacionalismo era um elemento dominante da ideologia política do CNR, e o capitão Sankara sempre foi explícito em sua intenção de “libertar a economia nacional de toda e qualquer amarra neocolonial e imperialista existente” (OTAYEK, 1986, p.89, tradução nossa)³⁸. Na esfera das relações internacionais, o regime revolucionário de Sankara condenou publicamente regimes repressivos, a começar pela África do Sul do *Apartheid* (BEUCHER, 2011). No final de 1983, Alto Volta foi eleito para um mandato de dois anos no Conselho de Segurança da ONU e Sankara utilizou deste espaço para promover a solidariedade internacional contra a opressão imperialista (MCFARLAND; RUPLEY, 1998). Estados como a França foram vistos como ameaças ao processo revolucionário de Alto Volta (BEUCHER, 2011).

As relações interafricanas do governo revolucionário são complexas, especialmente na região da África Ocidental. Países como Costa do Marfim e Níger viam o regime de Sankara como autoritário e extremista, se mostravam apreensivos a respeito da Revolução, da proximidade de Sankara com Gaddafi e temiam a formação de um eixo revolucionário entre Trípoli, Ouagadougou e Accra (OTAYEK, 1986). Por outro lado, o governo de Sankara prontamente se aproximou diplomaticamente da Angola do Presidente Eduardo dos Santos — com direito a visita oficial do Chefe de Estado angolano à Ouagadougou em dezembro de 1983 — e da Gana do Presidente Jerry Rawlings, com ambos os governos promovendo exercícios militares conjuntos em Pô (MCFARLAND; RUPLEY, 1998).

No primeiro aniversário da Revolução, em 4 de agosto de 1984, Thomas Sankara anuncia a renomeação do país, um gesto definitivo para cortar os vínculos com o colonialismo (HARSCH, 2017). Assim, Alto Volta é renomeado de Burkina Faso, a “terra dos homens íntegros” (HARSCH, 2017). As principais políticas domésticas do CNR consistiam no combate à corrupção, na prevenção da fome e na priorização da saúde e educação no país (CHANDO; TCHOUTEU, 2019).

³⁸ No original: “(...) Captain Sankara made clear his intention of freeing the national economy from its constraints by detaching it from ‘neo-colonial and imperialist’ domination”.

Para combater a corrupção, foram criados os Tribunais Populares Revolucionários (TPRs), que tinham o objetivo de trazer à justiça políticos e funcionários da Terceira República, além de membros proeminentes do CMRPN (OTAYEK, 1986). Também houve a substituição do “generalato” no Exército, que foi trocado por um “alto comando”, sob a liderança de um dos mais confiáveis seguidores de Sankara, Jean-Baptiste Lingani (OTAYEK, 1986). Ao contrário dos tribunais regulares — onde apenas um único magistrado decidia o caso —, os TPRs foram constituídos de forma diferente, compostos por um painel de juízes para ouvir e decidir os casos coletivamente (HARSCH, 2017). O painel geralmente era composto por sete membros: um magistrado profissional, cinco membros dos CDRs, e, inicialmente, um militar ou policial (HARSCH, 2017).

Como parte da campanha de saúde pública, o CNR viabilizou a vacinação de 2,5 milhões de crianças contra a meningite, a febre amarela e o sarampo (CHANDO; TCHOUTEU, 2019). Também houve a exigência de que trabalhadores de escritórios participassem de treinos semanais de calistenia e de outras atividades físicas, uma política não muito popular entre a população, mas que tinha o objetivo de manter a saúde física dos civis (HARSCH, 2017).

A visão revolucionária de Sankara para uma Burkina Faso economicamente independente incluía a expansão do mercado doméstico de têxteis manufaturados no país (CAMPBELL, 2018). Com o nome de “*Faso Dan Fani*”, a indústria têxtil doméstica se desenvolveu por meio do simbolismo de projetar orgulho nacional, e por isso em todas as visitas oficiais de Estado, Sankara utilizava somente roupas produzidas em seu próprio país (CAMPBELL, 2018).

Para colocar em prática o plano de desenvolvimento interno do país e prevenir a fome com autossuficiência agrária era necessário fazer uma reforma agrária (CHANDO; TCHOUTEU, 2019). Assim, no final de outubro de 1984 foi lançado o primeiro Programa de Desenvolvimento Popular (PDP) que teve duração de apenas 1 ano e foi adotado após um processo participativo e democrático, cujo financiamento do plano foi de 100% burkinabe (DEMBELÉ, 2013). Ao colocar em prática o PDP, o CNR postula o desmantelamento do pacto anterior (com as elites civis) e estabelece uma nova aliança, dessa vez com o campesinato (OTAYEK, 1986).

Ao nacionalizar a terra, os trabalhadores rurais — cerca de 90% da população — finalmente conseguiam acesso aos alimentos que eles mesmo produziam (PRAIRIE, 1988). Junto a isso, o governo de Sankara aboliu os tributos e o trabalho compulsório aos chefes tribais (PRAIRIE, 1988). Essa iniciativa gerou conflitos internos no governo, e a insatisfação dos chefes tribais se intensificou com a reforma agrária, que se constituiu como um ataque frontal

às próprias bases de poder das autoridades tradicionais, com o confisco das terras dos grandes latifundiários e a redistribuição de acordo com o princípio de um lote de terreno para uma família (OTAYEK, 1986).

Namakula E. Mayanja (2018) discute a filosofia política de Thomas Sankara e como, ao reconstruir o Estado de Burkina Faso, ele se preocupou em integrar mulheres na sociedade, desafiando as políticas patriarcais da época (MAYANJA, 2018). Sankara trata desta questão logo após o advento da Revolução, no Discurso de Orientação Política de outubro de 1983, dentro de Fazzio e Manoel (2019):

Nossa revolução é do interesse de todos os oprimidos, todos aqueles que são explorados na sociedade atual. Ela é, portanto, do interesse das mulheres, porque a base de sua dominação pelos homens é encontrada no sistema de organização da vida política e econômica da sociedade. A revolução, ao mudar a ordem social que oprime a mulher, cria as condições para a sua verdadeira emancipação (FAZZIO; MANOEL, 2019, p. 319).

Para Sankara, a opressão das mulheres era paralela à opressão sistêmica, à escravização e às negações do imperialismo, todas sendo empecilhos à verdadeira soberania das nações africanas (MAYANJA, 2018). No artigo de Mayanja (2018), há um fragmento do discurso de Thomas Sankara no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 1987, onde o Presidente discursa que “a revolução e a libertação das mulheres caminham juntas. Nós não falamos da emancipação das mulheres como um ato de caridade ou devido a um aumento da compaixão humana. É uma necessidade básica para a revolução triunfar” (MAYANJA, 2018, p. 209, tradução nossa)³⁹.

Para garantir a emancipação feminina na sociedade, uma das primeiras iniciativas de Sankara foi tornar a educação acessível para todas as mulheres (MAYANJA, 2018). Junto a isso, os Ministérios da Cultura e de Assuntos Familiares iniciaram campanhas para transformar socialmente as condições das mulheres na sociedade, abolindo a prática de pôr um “preço” nas noivas (MAYANJA, 2018). Ao se posicionar ativamente contra a discriminação de gênero, Thomas Sankara atestava a sua disposição de romper com as estruturas vigentes na sociedade, estando à frente de outros líderes e, inclusive, de instituições internacionais, que na década de 1980 não possuíam campanhas que unificassem o desenvolvimento nacional com a igualdade de gênero (CHANDO; TCHOUTEU, 2019).

³⁹ No original: “The revolution and women’s liberation go together. We do not talk of women’s emancipation as an act of charity or out of a surge of human compassion. It is a basic necessity for the revolution to triumph”.

Pela primeira vez na história política de Burkina Faso, um regime realmente tinha o objetivo de transformar a sociedade por meio da transferência de poder das mãos da burguesia para as classes populares (OTAYEK, 1986). A convergência dos interesses das camadas populares e da ala revolucionária do Exército permitiu a mudança no aparato estatal de Burkina Faso, com a socialização dos meios de produção e cargos públicos, dando oportunidade para uma parcela da população que nunca conseguiria ascender socialmente, visto o ciclo vicioso de poder e das estruturas de poder presentes na alta camada social do país (OTAYEK, 1986).

Ao evitar ajuda externa de grandes conglomerados internacionais e das elites globais, Sankara e o CNR optaram pela redução da dívida externa de uma maneira audaciosa, nas palavras de Chando e Tchouteu (2019) “nacionalizando a riqueza da terra e dos minerais” (CHANDO; TCHOUTEU, 2019, p. 22). Sankara confiava na solidariedade de países aliados que compartilhavam de seus ideais políticos e visão de mundo (DEMBELÉ, 2013). Por isso que, durante o período revolucionário, houve uma maior aproximação de Burkina Faso com a União Soviética e países como a Cuba de Fidel Castro, além da Líbia, Gana e Angola. Ademais, houve uma ampliação do relacionamento bilateral com a Coreia do Norte e com a China, além da inserção de Burkina Faso no Movimento dos Países Não-Alinhados⁴⁰ (SKINNER, 1988).

A implementação de políticas internas progressistas em Burkina Faso foram resultados dos ideais políticos e econômicos de Sankara, porém o país continuava sendo um dos mais pobres do mundo (MURREY, 2018). A década de 1980 foi conturbada para os governos revolucionários em todo o mundo, incluindo a experiência revolucionária em Burkina Faso. Na próxima seção, aborda-se sobre como a política internacional influenciou no enfraquecimento da Revolução no país, assim como as rupturas do processo revolucionário e a interferência externa no golpe de 1987.

⁴⁰ O Movimento dos Países Não-Alinhados foi uma política de cooperação criada por países que preferiram não se alinhar completamente aos Estados Unidos ou à União Soviética durante o período da Guerra Fria (SKINNER, 1988). O primeiro encontro ocorreu na Conferência de Bandung (1955), na Indonésia (SKINNER, 1988).

4 O SOCIALISMO EM BURKINA FASO EM TEMPOS DE CRISE INTERNACIONAL

A Revolução de Burkina Faso ocorreu em um período desfavorável para experiências revolucionárias no mundo. A década de 1980 foi conturbada na política internacional — especialmente para os regimes de esquerda — com a perda de poder político da URSS, porém, mesmo contra as adversidades ocorreu uma revolução de orientação marxista em um pequeno país da África Ocidental. Na esfera das relações internacionais, é possível perceber uma dualidade na política externa de Burkina Faso no pós-1983. Países como Gana, Congo e Angola eram favoráveis ao regime revolucionário de Thomas Sankara, pois viam o líder burkinabe como uma espécie de porta-voz da posição africana contra a pobreza, a corrupção e a dominação ocidental (WILKINS, 1989).

O Estado de Burkina Faso, como ex-colônia francesa, sempre seguiu a França em sua política externa e não é coincidência que a embaixada francesa na capital do país era convenientemente localizada ao lado do antigo palácio presidencial (HARSCH, 2014). Com o advento da Revolução, a política externa de Sankara e do CNR seguia quatro eixos principais: a soberania estatal, o não-alinhamento com a França e com nenhuma outra potência ocidental, a solidariedade com povos oprimidos e movimentos de libertação e, por fim, a união Pan-africana (HARSCH, 2014).

Em meados de 1986 o CNR já havia perdido grande parte de seus apoiadores (a maioria de extrema-esquerda) por conflitos internos e disputas de poder; e, para completar, a conjuntura internacional do movimento comunista estava profundamente fragmentada (OTAYEK, 1986). A política externa de Burkina Faso, enquanto parte do Movimento dos Países Não-Alinhados, prezava a autonomia nacional e a solidariedade entre os povos oprimidos.

Ao não seguir estritamente com as regras de Moscou, Burkina perdia um importante aliado na arena política internacional (HARSCH, 2014). Skinner (1988) discute ainda que Sankara e o CNR não compreenderam completamente as realidades de poder da sociedade de Burkina Faso, assim como faltou pragmatismo na diplomacia burkinabe ao lidar com questões diplomáticas, políticas e econômicas nas relações internacionais (SKINNER, 1988).

Os programas revolucionários de autossuficiência e desenvolvimento interno tornaram Thomas Sankara uma figura-chave nas relações internacionais e um dos grandes líderes do Terceiro Mundo. Seu aumento de popularidade dentre as camadas populares de Burkina Faso coincidiu com a insatisfação da elite civil do país — a classe média francófona, os líderes tribais e a direita conservadora — que se aliou aos países que demonstravam insatisfação com o regime

revolucionário, como a França, os Estados Unidos e a Costa do Marfim (CHANDO; TCHOUTEU, 2019).

Sankara havia se tornado um nome familiar em todo o país admirado pela população, assim como por outras nações africanas, especialmente por causa de sua aspiração em livrar o país de seus males: corrupção, burocracia, nepotismo e o tribalismo (WILKINS, 1989). Assim, se objetivos da Revolução de Agosto eram bem objetivos e claros, os meios para se chegar a esses objetivos não eram, principalmente pelo paradoxo formado pelas políticas do CNR, que ao mesmo tempo pregava independência e autonomia, mas que na prática experimentava dificuldades no campo econômico (OTAYEK, 1986).

Wilkins (1989) escreve que as políticas públicas do CNR desagradaram especialmente a parasitária burguesia nacional e a elite intelectual e francófona do país, vestígio social da África pós-colonial e que não aceitava o desenvolvimento do campesinato e do proletariado burkinabe (WILKINS, 1989). Os chefes tradicionais se uniram à elite e incentivaram conflitos étnicos por todo o país. Nos meses que antecederam o golpe de 1987, folhetos anônimos circularam por Ouagadougou e outras cidades incentivando uma união Mossi contra um Presidente não-Mossi (Sankara), pregando a favor de colocar no poder do país um Presidente completamente Mossi (Compaoré) (HARSCH, 2014).

Historicamente, revoluções e os esforços revolucionários no mundo inteiro têm sido muitas vezes atormentados por diferenças e conflitos internos (HARSCH, 2014). Assim, em seus dois anos finais, o CNR experimentou diversas rupturas e perdas de aliança, à nível nacional — com a perda de apoio político de partidos como a LIPAD e os sindicatos urbanos — quanto à nível internacional, com as cismas com a União Soviética e com a Líbia (HARSCH, 2017). O enfraquecimento do partido e o isolamento político de seu líder são fatores que contribuíram diretamente para o golpe de Estado de outubro de 1987 (HARSCH, 2017).

Quando as notícias do assassinato de Thomas Sankara, no dia 15 de outubro de 1987, foram divulgadas — após ele e mais outros doze oficiais terem sido mortos em um golpe de estado organizado pelo ex-colega de Revolução, Blaise Compaoré — o mundo ficou em choque, apreensão e tristeza (CHANDO; TCHOUTEU, 2019). O fim do regime de Thomas Sankara em 1987 marca um período de retificação em Burkina Faso. Por conseguinte, para melhor compreensão, o capítulo é dividido em três subseções. A primeira subseção trata do final da Revolução de 1983, questionando se o processo revolucionário conseguiu, de fato, provocar rupturas no aparato estatal burkinabe. A segunda subseção discute o envolvimento de agentes externos no golpe de Estado de 1987 e no processo de retificação do país. Por último,

a terceira subseção aborda a instabilidade política no Estado de Burkina Faso, do período pós-Revolução até os dias atuais.

4.1. O FIM DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO: RUPTURAS E CONTINUIDADES

A tomada do poder pelo CNR em 1983 é frequentemente analisada como o ato final de uma crise de autoridade no centro do aparato estatal, entre Thomas Sankara e Jean-Baptiste Ouedraogo. Entretanto, as origens da Revolução de Agosto são diversas, sendo as principais: a falta de credibilidade das elites civis, o fim da unidade no exército, o aprofundamento da crise econômica, o fim do diálogo com os sindicatos e o vácuo de poder no período CSP (OTAYEK, 1986).

Nos cinco anos que o CNR ficou no poder de Burkina Faso, houve a tentativa de criar as fundações de um novo tipo de Estado (HARSCH, 2017). Harsch (2017) discute sobre como “ao agitar as bases da velha ordem e expondo suas falhas fundamentais, os revolucionários conseguiram fortalecer as relações da sociedade estatal, mais do que havia sido feito no quarto de século anterior” (HARSCH, 2017, p. 51, tradução nossa)⁴¹.

O Programa de Desenvolvimento Popular (PDP), lançado no final de 1984, coordenou iniciativas nacionais e, por meio dos CDRs, mobilizou as comunidades locais, porém a baixa participação popular acabou por influenciar na falência do programa, que durou apenas quinze meses (HARSCH, 2017). Apesar da falha de implementação nacional do PDP, as campanhas do CNR em fomentar saúde e educação em todo o país alcançaram resultados interessantes. A mortalidade infantil, por exemplo, tinha caído de 208 para cada 1.000 nascidos vivos no início da década, para 145 nessa mesma proporção em 1985(PRAIRIE, 1988).

Por meio dos CDRs, o governo iniciou fundos comunitários para construção de estradas e escolas (PRAIRIE, 1988). Entre 1983 e 1987, o gasto público com educação aumentou em 26,5% por pessoa e na saúde o aumento foi de 42,3% (HARSCH, 2014). A produção nacional de cereais cresceu 75% entre 1983 e 1986, enquanto o uso de fertilizantes químicos importados diminuiu cerca de 56% entre 1984 e 1987, sendo substituído por fertilizantes orgânicos e nacionais (HARSCH, 2014).

⁴¹ No original: “But by shaking up the foundations of the old order and exposing its fundamental flaws, the revolutionaries nevertheless accomplished more to strengthen state–society relations than had been done in the previous quarter century”.

Apesar do avanço das políticas públicas, o CNR enfrentava problemas internos, com suas diferentes bases de apoio tendo ideias divergentes sobre o rumo do país e do desenvolvimento da Revolução. A ala militar do CNR estava tendo conflitos com a LIPAD. De acordo com os militares, a LIPAD, consciente de seu poder, se infiltrava no aparato estatal, aproveitando o processo revolucionário para atingir seus próprios objetivos (OTAYEK, 1986).

Além disso, os sindicalistas e os trabalhadores industriais também não se sentiam representados pelas políticas do CNR, especialmente com a atenção que o CNR devotava aos assuntos agrários e ao campesinato (HARSCH, 2017). Contudo, para o funcionamento do Estado, era vital para o CNR que os CDRs tivessem bastante presença no interior de Burkina Faso, pois em lugares rurais a presença estatal era rara e a vida pública era estruturada e regida pelos chefes tradicionais (HARSCH, 2017).

O governo de Sankara procurava se fortalecer entre o povo, por meio de reformas institucionais e da reforma agrária. A lei de reforma agrária de 1984 se mostrou bastante complexa na prática, especialmente porque essa lei exigia um terreno de lote por família, e com a falta de recursos para censo no país, o CNR não havia como saber ao certo se a distribuição estava correta, tendo que muitas vezes recorrer à ajuda dos chefes tradicionais para assegurar a distribuição de terras (HARSCH, 2017).

Otayek (1986) analisa as dificuldades que Sankara e seus companheiros enfrentaram ao desafiar a hegemonia e as elites civis que comandavam Burkina Faso (OTAYEK, 1986). Ainda durante o período revolucionário, o país lutava contra diversas crises econômicas, derivadas da desorganização do processo de reforma agrária e do protecionismo em relação ao capital estrangeiro (OTAYEK, 1986). Ao tirar o poder das lideranças tradicionais, o CNR aspirava “quebrar” o sistema tradicional de dominação e desigualdade, porém as antigas lideranças tradicionais ainda possuíam certa influência política (OTAYEK, 1986). E é com essa influência que os chefes tradicionais, liderados pelo *Mogho Naba* Ousmane Congo, formaram oposição ao governo central do CNR, impedindo o sucesso efetivo da reforma agrária (OTAYEK, 1986).

Além disso, o CNR enfrentava adversidades na transferência de poder dos chefes tradicionais para o povo (SPEIRS, 1991). Com o desejo de romper com a antiga ordem vigente, Sankara não compreendeu as nuances da antiga hierarquia ancestral e, por volta de 1987, o CNR — completamente isolado —, se viu obrigado a desenvolver novas alianças políticas e se aproximou estrategicamente dos chefes tradicionais, incorporando-os nas comissões de gestão fundiária, decisão que não agradou a base de sustentação do partido, especialmente os sindicalistas e os partidos de esquerda (HARSCH, 2017).

Durante os 4 anos de experiência revolucionária em Burkina Faso, o governo de Sankara priorizou ampliar sua política externa, formando alianças diplomáticas com países alinhados aos ideais do CNR, prezando pela união de países do Terceiro Mundo e do anti-imperialismo radical (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). O CNR se aproximou diplomaticamente de países como Líbia, Gana, Cuba, Benin, Congo, China e União Soviética.

Nas Organizações Internacionais, o governo de Sankara se posicionou ativamente em diversos assuntos, sendo publicamente a favor da independência do Saara Ocidental do Marrocos, denunciando o *Apartheid* da África do Sul e pregando solidariedade internacional com a Palestina (PRAIRIE, 1988). A respeito da União Soviética, Sankara chegou a visitar Moscou em 1986, porém as discussões comerciais com Gorbachev não foram muito satisfatórias para o líder burkinabe (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Burkina Faso recebeu equipamentos agrícolas e alguma assistência econômica da União Soviética, porém os líderes soviéticos não gostavam de Thomas Sankara, especialmente porque ele criticou publicamente na ONU a invasão militar soviética no Afeganistão (HARSCH, 2014).

Já em relação à Cuba, não era segredo nenhum que Thomas Sankara era um grande apreciador da revolução cubana. A cooperação econômica ocorreu por meio de programas nas áreas de saúde e educação, e durante os 4 anos do governo sankarista houve intenso intercâmbio cultural e acadêmico entre Burkina Faso e Cuba (FAZZIO; MANOEL, 2019). Prairie (1988) escreve que, em um discurso feito um mês antes de sua morte, Thomas Sankara comentou sobre o legado de Che Guevara e da revolução cubana, chegando a falar que “os revolucionários enquanto indivíduos podem ser mortos, mas não se pode matar ideias” (PRAIRIE, 1988, p. 23, tradução nossa)⁴².

No sistema interafricano, Burkina Faso contou com a Líbia como grande aliada no continente. Entre 1983 e 1985, o relacionamento entre Trípoli e Ouagadougou foi excelente, porém foi a partir da visita presidencial de Gaddafi à Burkina Faso em dezembro de 1985 que o relacionamento diplomático começou a se deteriorar entre os dois países (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). A região da África Ocidental se encontrava dividida ideologicamente com o novo modelo de Estado revolucionário de Burkina Faso. De um lado, havia os países pró-Occidente e com políticas anticomunistas, como Costa do Marfim, Togo e Mali; e de outro havia a experiência socialista de Thomas Sankara no jovem Estado de Burkina Faso, com o apoio de Benin.

⁴² No original: “(...) noted that revolutionaries as individuals can be killed but you cannot kill ideas”.

No caso específico da Costa do Marfim, o relacionamento diplomático entre os dois países era bastante frágil (OTAYEK, 1986). A superexploração dos trabalhadores burkinabes durante os governos autoritários de Yaméogo e Lamizana provocou uma ampliação do sistema migratório, onde estes trabalhadores deixavam Burkina em busca de trabalho em fazendas na Costa do Marfim (MURREY, 2018). Além disso, Félix Houphouët-Boigny⁴³, Presidente da Costa do Marfim, era um severo defensor dos interesses ocidentais no continente africano. Em junho de 1983, em visita à Washington (EUA), Boigny foi considerado, pelo governo dos Estados Unidos, um aliado indispensável na África Ocidental, lutando contra o comunismo e defendendo os interesses das democracias ocidentais na região (PETERSON, 2018).

Para conter os movimentos expressivos anticomunistas dos países vizinhos, o Conselho Nacional da Revolução (CNR) adotou uma política externa pragmática. A primeira ação dessa política externa pragmática consistiu no apoio de Ouagadougou à entrada do Mali na União Monetária Ocidental Africana (UMOA), mesmo com as disputas de fronteira e as breves guerras entre os dois países em 1974 e 1986 (OTAYEK, 1986). René Otayek (1986) discute sobre como esse pragmatismo do CNR levanta uma série de perguntas, a mais pertinente delas sendo qual seria o futuro do regime e se esse pragmatismo nas relações internacionais continuaria compatível a longo prazo, ainda mais com as diversas tensões causadas pela adaptação das restrições econômicas que o governo vinha enfrentando (OTAYEK, 1986).

Skinner (1988) observa que em 1987 já não existia um clima de êxito nas ruas de Burkina Faso. O autor ainda aborda o fato de que Thomas Sankara parecia ter uma certa ‘premonição’ dos limites da sua revolução, de acordo com o seguinte discurso proferido em agosto de 1987, poucos meses antes de sua morte:

Eu gostaria de lembrar a vocês que os eventos políticos que ocorreram neste ano agora acabaram, tendo submetido à nossa revolução todos os tipos de eventos contraditórios. Ainda há certa contradição sobre o que ainda não encontramos. Nós vimos outras revoluções nascerem, se desenvolverem e, às vezes, morrerem. Bem, isso pode também acontecer com a nossa revolução. (SKINNER, 1988, p. 438, tradução nossa).⁴⁴

⁴³ Félix Houphouët-Boigny (1905-1993) foi o primeiro Presidente da Costa do Marfim.

⁴⁴ No original: “I would like you to remember that the political events that took place in the year now ending, have subjected our revolution to all sorts of contradictory currents. There are certainly contradictions that we have not yet encountered. We have seen other revolutions born, evolve, and sometimes die. Sometimes we think that this only happened to other revolutions. Well, this can also happen to ours”.

Wilkins (1989) recorda que, em uma entrevista para a revista *Africa International*⁴⁵ Sankara comentou sobre o seu relacionamento com Blaise Compaoré, companheiro de revolução e um de seus melhores amigos. Na ocasião, Sankara comentou que ele era sortudo em ter alguém que pudesse confiar completamente (WILKINS, 1989). Ele complementa a entrevista ao dizer que: “no dia que se ouvir que ele [Compaoré] planejar um golpe contra mim [Sankara], não perca tempo em tentar impedi-lo, pois já será muito tarde para isso” (WILKINS, 1989, p.380). Essas palavras foram quase que proféticas conforme os eventos que ocorreram em outubro de 1987, pois foi no dia 15 de outubro de 1987 que o Capitão Thomas Sankara, camarada e Presidente de Burkina Faso, foi assassinado em um golpe de Estado planejado pelo capitão Blaise Compaoré e com o apoio do major Jean-Baptiste Lingani e do capitão Henri Zongo (SKINNER, 1988).

Murrey (2018) analisa como o próprio Sankara já possuía uma certa consciência da probabilidade de sua possível morte prematura, e como ele comentou diversas vezes sobre como diversos líderes negros radicais estavam sendo assassinados em torno dele, como Maurice Bishop, por exemplo (MURREY, 2018). O isolamento de Sankara na Presidência era visível, pois desde junho de 1987 que Blaise Compaoré, então Ministro da Justiça, já discordava publicamente de Sankara (HARSCH, 2017).

Na manhã de quinta-feira, dia 15 de outubro de 1987, Thomas Sankara se reuniu durante várias horas com Valère Somé, membro do CNR, com o objetivo de propor à população uma espécie de “purificação” do CNR, implementando também um novo código de conduta (HARSCH, 2017). Por volta das 16h30 da tarde, houve um tiroteio no palácio presidencial que matou o motorista do Presidente e dois seguranças (HARSCH, 2017). Harsch (2017) escreve que, ao ouvir o tiroteio Sankara teria dito que era ele que os atiradores queriam, logo antes de sair da sala onde estava escondido e ser alvejado por mais de uma dezena de tiros (HARSCH, 2017).

A morte de Thomas Sankara, camarada Presidente e líder da Revolução, marca o início da retificação do Estado de Burkina Faso. Após o golpe de Estado de 1987, a Frente Popular (FP) tomou o poder com CNR, pondo no poder do país o capitão Blaise Compaoré, outrora melhor amigo de Sankara (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). O golpe de Estado não ocorreu do dia para noite. Assim como diversos outros golpes que precocemente interrompem movimentos populares significativos, o golpe de 1987 em Burkina Faso foi planejado, e suas manobras envolveram o alinhamento com grupos de interesse internos e com o apoio político e

⁴⁵ A entrevista foi publicada na revista *Africa International*, no dia 18 de novembro de 1987, na página 15 (WILKINS, 1989, p.380).

tático de poderes estrangeiros, como será devidamente abordado na subseção seguinte (HARSCH, 2017).

4.2. A INTERFERÊNCIA EXTERNA NO GOLPE DE 1987

O golpe de Estado de 1987 não pôs um fim imediato à Revolução, pois oficialmente o novo governo — que se nomeou de Frente Popular (FP) — continuou a utilizar o discurso revolucionário, embora as ações na prática não condiziam com a retórica (BEUCHER, 2011). Três dias após o golpe, Blaise Compaoré, novo Presidente de Burkina Faso, conheceu o encarregado de negócios francês em Ouagadougou, com o objetivo de transmitir sua prontidão em reforçar a cooperação com Paris (HARSCH, 2017).

A nova orientação da política externa se concretizou em fevereiro de 1988, com a visita de Compaoré à Costa do Marfim. De um modo mais geral, o objetivo da política externa da Frente Popular era restabelecer relações próximas com o bloco francófono (BEUCHER, 2011). De acordo com Beucher (2011), essa reviravolta na diplomacia de Burkina Faso visava — entre outras coisas — recuperar o relacionamento diplomático estreito com os países francófonos, além de também apagar a imagem da Frente Popular no exterior, principalmente por causa do assassinato violento de Thomas Sankara (BEUCHER, 2011).

Em 1988, Jean-Marc Palm — ministro das Relações Exteriores do país — afirmou que as relações com a administração dos EUA tinham sido normalizadas (HARSCH, 2017). Neste mesmo ano, Compaoré declarou que em uma revolução não se deveria viver em hostilidade com aqueles que não compartilham das filosofias políticas e econômicas, caracterizando a preocupação de seu governo de “normalizar” a diplomacia burkinabe e evitar grandes polêmicas (BEUCHER, 2011). Assim, era chegada a hora da abertura comercial e política com países outrora considerados hostis, como a França e a Costa do Marfim (BEUCHER, 2011).

A arquitetura do golpe começou cerca de um ano antes do fatídico 15 de outubro de 1987. Em 1986, Compaoré procurou viajar intensamente ao exterior, sempre incluindo em suas viagens prolongadas visitas à Paris (HARSCH, 2017). No dia seguinte ao golpe militar de 1987 houve um comunicado oficial transmitido na rádio estatal que declarou em termos simples que Sankara havia sido removido do cargo presidencial como resultado de sua "traição" à Revolução e devido às suas "perigosas ambições pessoais" (WILKINS, 1989).

Apesar de ser um pequeno país, nos cinco anos de experiência revolucionária, Thomas Sankara e o CNR se tornaram populares entre a esquerda mundial. Na França, o jornal *La*

Liberation — assim como a revista Pan-africana *Faune Afrique* — foram os maiores disseminadores da notícia da morte de Sankara e do golpe de Estado, acusando abertamente a Costa do Marfim de financiar o golpe, além de rotularem Compaoré como mentiroso, assassino e fantoche do Presidente Houphouët (WILKINS, 1989). O primeiro passo do novo regime foi atacar a imprensa estrangeira, apelidando-a de “ameaça à segurança nacional” (WILKINS, 1989). O próprio Compaoré, durante a conferência de imprensa que ocorreu no dia da morte de Thomas Sankara, acusou a imprensa estrangeira de idolatrar o último e distorcer a sua imagem no exterior (WILKINS, 1989).

Para a Casa Branca, até o advento da Revolução de 1983, Alto Volta era apenas um pequeno país sem muita importância estratégica no continente africano (HARSCH, 2014). Havia uma embaixada dos Estados Unidos em Ouagadougou, porém os principais contatos entre os dois Estados ocorriam apenas por meio de programas de auxílio econômico e contingentes de voluntários do Corpo da Paz (HARSCH, 2014). Para questões de alinhamento político, os Estados Unidos contavam com o envolvimento direto das autoridades francesas para supervisionar suas antigas colônias na África Ocidental (HARSCH, 2014).

A questão é que o projeto revolucionário de Sankara sempre representou uma ameaça aos interesses externos. Ao propor um regime de orientação marxista em um continente explorado pelos interesses do capital, Sankara e o CNR mostravam que havia uma alternativa ao capitalismo para um desenvolvimento igualitário e sustentável. No caso dos Estados Unidos, as atitudes rebeldes de Sankara e os seus discursos anti-imperialistas não eram bem-vistos pelo governo estadunidense (SKINNER, 1988).

Uma situação que marcou a política externa de Burkina Faso durante a Revolução ocorreu nos Estados Unidos. Em 1984, após viajar para Cuba para conversar com Fidel Castro, Sankara e sua delegação foram impedidos, pelo governo estadunidense, de voar de Havana para Atlanta, onde ele deveria conhecer o prefeito Andrew Young (SKINNER, 1988). Ao ter que cancelar a visita, a delegação burkinabe voou para o Canadá, e do Canadá para a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque. Já na cidade, Sankara foi perguntado pela imprensa se ele visitaria a Casa Branca, e nessa ocasião Sankara comentou que, para ele, a Casa Branca era o Harlem Negro, mostrando seu apoio à luta contra o racismo nos EUA (SKINNER, 1988).

O envolvimento dos Estados Unidos — mais especificamente da CIA — no golpe de 1987 ocorreu de forma indireta, por meio da Libéria. Jaffré (2019) escreve que a CIA ajudou o líder liberiano Charles Taylor a escapar da prisão em 1985, e, em troca disso, ele deveria se infiltrar em movimentos revolucionários africanos, incluindo o regime do CNR em Burkina Faso (JAFFRÉ, 2019). Recentemente, o antigo Secretário de Estado para Assuntos Africanos

dos EUA, Herman Jay Cohen, publicou um livro no qual escreveu que durante a década de 1980, ele acusou Thomas Sankara de tentar desestabilizar a região da África Ocidental e que o governo dos Estados Unidos estava aflito com o rumo que a região poderia seguir devido à crescente popularidade do regime revolucionário de Burkina Faso (JAFFRÉ, 2019). Apesar dessas revelações, há ainda muitas indagações e lacunas a serem preenchidas sobre o envolvimento da CIA e a extensão do apoio (indireto) dos EUA aos adversários do regime sankarista.

Sobre a França, não há nenhuma evidência direta de que a França teve participação no golpe de 1987, porém é explícito a mudança no relacionamento entre França e Burkina Faso no período pós-revolucionário. Jacques Foccart — figura-chave da inteligência francesa e com amplas redes de influência em toda a África — era abertamente conhecido por ser hostil ao regime de Sankara e, na opinião de Harsch (2014), pode muito bem ter encorajado os aliados regionais da França a tomarem alguma atitude em relação à Burkina Faso (HARSCH, 2014).

A reaproximação com a França e a adoção da Constituição da Quarta República em 1991 fez de Burkina Faso um dos países precursores da "democratização" da África, campanha política lançada por Mitterrand na Cúpula de *La Baule*, em junho de 1990 (BEUCHER, 2011). Além disso, as autoridades francesas concederam a Ordem Nacional da Legião de Honra ao coronel (mais tarde general) Gilbert Diendéré, o oficial que comandou a execução de Thomas Sankara (HARSCH, 2014). Grande parte do apoio do governo francês ao regime de Compaoré se justificava com o fato de que Compaoré estava tentando modificar o sistema político de Burkina Faso com o intuito de transformar o país em uma república constitucional (HARSCH, 2017). Com isso, a França — assim como organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) — financiaram empréstimos milionários à Compaoré, respectivamente: \$31 milhões de dólares em um acordo com o FMI em 1991, \$80 milhões de dólares de empréstimo do Banco Mundial e \$18 milhões de dólares de empréstimo com a França (HARSCH, 2017).

No continente africano, foi visível a mudança na política externa de Burkina Faso sob o governo de Blaise Compaoré. Os autores Baxter e Sommerville (1989) escrevem que, sob o comando de Compaoré, a política externa de Burkina Faso retornou ao período pré-Sankara, com o governo procurando manter uma postura neutra e alinhada aos interesses ocidentais (BAXTER; SOMMERVILLE). A nova "política de desenvolvimento" empreendida por Blaise Compaoré consistia no alinhamento à França e ao Ocidente como um todo. Houve a assinatura de um Plano de Ajuste Estrutural com o FMI em 1990, que tinha como objetivo principal fazer de Burkina um país campeão da "boa governança" (BEUCHER, 2011).

Burkina Faso sempre foi um país bastante dependente da Costa do Marfim, e o relacionamento entre os dois Estados sempre foi conturbado, especialmente por causa da intensa migração de burkinabes para o país vizinho (BEUCHER, 2011). Durante o governo de Sankara, as relações diplomáticas entre Burkina Faso e Costa do Marfim eram tensas, especialmente por causa do relacionamento não muito amigável entre os Presidentes Thomas Sankara e Houphouët-Boigny. A situação era completamente diferente no relacionamento entre Houphouët-Boigny e Blaise Compaoré, visto que os dois compartilhavam laços quase que fraternais, já que Compaoré se casou em 1985 com Chantal Terrasson de Fougères, filha adotiva do Presidente Houphouët-Boigny (HARSCH, 2014).

Quando ocorreu o golpe de Estado que botou Compaoré no cargo de Presidente, a imprensa estatal costa-marfinense relatou o assassinato de Sankara com certa frieza e breve precisão, evitando qualquer forma de comentário editorial crítico ou opinião, deixando o grande número de imigrantes burkinabes no país bastante confusos com o que estava acontecendo (WILKINS, 1989). As hostilidades existentes entre Costa do Marfim e Burkina Faso foram resolvidas, e com o apoio de Houphouët-Boigny, as relações diplomáticas de Burkina Faso com os vizinhos Togo e Mali também foram normalizadas (HARSCH, 2014). Há muita especulação sobre a participação destes países no golpe e no assassinato de Thomas Sankara e até os dias atuais não é possível comprovar a extensão do envolvimento destes Estados. Porém, pode-se perceber que houve um maior alinhamento político de Burkina Faso com seus vizinhos francófonos da África Ocidental nos anos que se seguiram ao golpe de Compaoré.

Por fim, havia ainda a questão da Líbia. Logo após o advento da Revolução em 1983, Gaddafi se tornou o primeiro aliado regional do regime revolucionário de Sankara, com direito à ajuda financeira e até de armamentos e suprimentos. Desde o início Sankara recusou o dinheiro líbio, porém o relacionamento entre os dois líderes era bastante amistoso, até a visita presidencial de Gaddafi em Ouagadougou em 1985. Durante a visita oficial do chefe de Estado líbio, houve certas desavenças entre Gaddafi e Sankara (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Nessa visita, Gaddafi deixou implícito em um de seus discursos que a Revolução de Burkina Faso havia se inspirado na Revolução Líbia, além do mesmo ter desdenhado da modéstia que os políticos do CNR viviam, especialmente o Presidente Sankara, que durante toda a sua presidência renunciou benefícios políticos para viver com modéstia, utilizando carros econômicos como o Renault 5 ao invés de limusines oficiais (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

A população burkinabe não simpatizava com Gaddafi e a impopularidade do líder líbio apenas aumentou em abril de 1987 durante a visita de Sankara à Tripoli. Nessa visita, Gaddafi

anunciou em uma cerimônia que havia ‘promovido’ Thomas Sankara de capitão para coronel, porém o discurso não foi bem recebido por membros do CNR e por aliados da esquerda burkinabe, que consideraram bastante esnobe da parte de Gaddafi de ‘promover’ um Presidente de outro país (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Após a morte de Sankara, o governo líbio fez rápidos movimentos para cimentar boas relações com Blaise Compaoré e com a Frente Popular. Poucos dias após o golpe, Gaddafi enviou como presente para Compaoré diversos carros à prova de balas da marca Alfa Romeo (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). A visita oficial de Compaoré à Líbia em janeiro de 1988 selou o comprometimento diplomático de ambos os países, que estreitaram o relacionamento político e econômico por meio de acordos comerciais (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Na nova política externa, não havia espaço para relações diplomáticas com países revolucionários (com exceção da Líbia). Compaoré adotou uma política pragmática com a União Soviética, procurando manter relações cordiais, embora sem grandes acordos comerciais (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989). Houve afastamento nas relações diplomáticas com Gana e Cuba, países outrora parceiros do CNR e de Sankara (BAXTER; SOMMERVILLE, 1989).

Conforme exposto ao longo desta subseção, o golpe de 1987 teve participação de atores geopolíticos como Costa do Marfim, França, EUA e Líbia, em diferentes níveis de envolvimento e atuação. Contudo, o envolvimento externo no golpe não teria sido possível se não fosse com o apoio das forças domésticas (HARSCH, 2014). Na esfera doméstica, o regime de Blaise Compaoré se estruturava na dependência política dos chefes tradicionais e no liberalismo internacional, por meio da retomada de laços políticos estreitos com a França e com os Estados Unidos (HARSCH, 2014). Na próxima subseção, estuda-se o governo de Compaoré — que logo se transformou em uma ditadura que durou 27 anos — e como o golpe de Estado de 1987 aprofundou a instabilidade política em Burkina Faso, instabilidade presente até os dias atuais no país.

4.3. O ESTADO DE BURKINA FASO PÓS-REVOLUÇÃO: DITADURA E INSTABILIDADE POLÍTICA

O período pós-Revolucionário de Burkina Faso é compreendido por diferentes perspectivas, porém sem sombra de dúvidas envolve uma mudança ideológica radical, com a reabilitação da antiga ordem social, ou seja, com a volta dos poderes políticos da burguesia urbana, da elite civil e dos chefes tradicionais (OTAYEK, 1992). Ao tomar o poder por meio

de um golpe de Estado em 1987, Blaise Compaoré se tornou Presidente de Burkina Faso, cargo que ocupou por 27 anos, sendo deposto em 2014, após uma série de protestos e levantes por todo o país.

Para muitos burkinabes, a Revolução era estreitamente interligada com o seu líder, Sankara. E com ele morto, a Revolução chegava ao seu fim (HARSCH, 2017). A mudança ideológica radical foi acompanhada pela redefinição da política econômica do país, com a criação de um Programa de Ação por parte da Frente Popular que redefiniu a economia estatal ao orientar uma nova estratégia econômica adotada pelo governo, a estratégia de um capitalismo estatal (OTAYEK, 1992). Sob a Revolução, as posições internacionais de Burkina seguiram uma linha ética estrita, porém a partir de 1987 Compaoré adota um estilo muito diferente (BEUCHER, 2011).

Com o objetivo de permanecer no poder, Compaoré procurou não cometer o mesmo erro fatal de Sankara. Nos primeiros anos de retificação da Revolução, Compaoré procurou apaziguar a esquerda burkinabe — os sindicatos e os partidos políticos outrora aliados do CNR — e agradar a elite civil do país, os chefes tradicionais Mossi e políticos de orientação francófona (WILKINS, 1989).

A repressão política no processo de retificação começou logo após o golpe. Acadêmicos, estudantes e militares favoráveis ao CNR foram presos e silenciados. Em 1989 houve a execução de duas lideranças históricas do CNR e da Revolução de Agosto, o comandante Jean-Baptiste Lingani e o capitão Henri Zongo (HARSCH, 2014). Apesar de ambos terem apoiado o golpe de 1987 e inicialmente a FP, a execução dos dois ocorre após cismas com Compaoré, e Lingani chegou a expressar abertamente que a FP estava se “desviando para a direita”, se referindo à admissão de grupos políticos conservadores no partido (HARSCH, 2017).

Em 1991 é aprovada uma nova Constituição no país, que marca o fim do estado de exceção no país pela primeira vez desde 1980, além de endossar um processo de liberalização política (OTAYEK, 1992). Burkina Faso já tinha tido três Constituições anteriores, cada uma delas adotada por referendos públicos (1960, 1970, 1977), porém todas até então eram posteriormente subvertidas aos interesses dos governos que ascendiam ao poder (HARSCH, 2017). A Constituição de 1991 estabelece eleições multipartidárias e o governo de Compaoré se compromete com a democratização e com ajustes estruturais, embora na prática o comprometimento do regime com a democracia era bastante inconsistente, pois as políticas que não interessavam as elites políticas do país eram ignoradas (HARSCH, 2017).

Ao orientar a política externa de Burkina Faso para um alinhamento com o Ocidente, Compaoré garantiu benefícios econômicos (BEUCHER, 2011). A União Europeia (UE),

especialmente a França, e os Estados Unidos elogiaram diversas vezes Compaoré de mediar conflitos em seu entorno estratégico, e esses elogios foram acompanhados de ajuda econômica, como uma parcela significativa do orçamento concedido pela UE no âmbito do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para o período 2008-2013 (BEUCHER, 2011). Também em 2008 o país obteve, com o apoio do governo dos EUA, a assinatura de um subsídio sob a Conta do Desafio do Milênio⁴⁶, um fundo destinado a acelerar o crescimento através da redução da pobreza (BEUCHER, 2011).

Apesar do bom reconhecimento nas relações diplomáticas internacionais, no âmbito interno o governo de Compaoré se diferenciava bastante da imagem de democracia ocidental. O regime de Compaoré reprimia e assassinava opositores do governo, sendo os casos mais famosos o do jornalista Norbert Zongo em 1998 e de um estudante sem nome divulgado em 2011, espancado até a morte após protestar contra o governo na cidade de Koudougou (FRÈRE; ENGLEBERT, 2015). Além disso, o ressentimento popular só aumentava com a impunidade, corrupção, desigualdade e com a gestão nepotista da economia (FRÈRE; ENGLEBERT, 2015).

Em 2010 Compaoré venceu novamente as eleições presidenciais e iniciava o seu quarto mandato consecutivo, tornando-se um dos governos mais longos do continente africano (HARSCH, 2017). A insatisfação popular era crescente, com mobilizações populares cada vez mais frequentes na capital. Partidos de oposição, organizações da sociedade civil, sindicatos e universitários já se mostravam contrariados com o extenso regime de Compaoré, organizando manifestações contra o governo (GABRIEL, 2016). Em 2014, o Presidente Compaoré estava planejando uma emenda à Constituição que o permitiria candidatar-se novamente às eleições presidenciais em 2015.

A luta de poder travada dentro do partido do governo, o Congresso para a Democracia e o Progresso (CDP)⁴⁷ se tornou acentuada em janeiro de 2014, quando diversos líderes do CDP saíram do partido, incluindo o político Roch Marc Christian Kaboré, que ao sair funda o Movimento Popular pelo Progresso (MPP)⁴⁸ (GABRIEL, 2016). O enfraquecimento do CDP não impediu que o projeto de emenda da Constituição se tornasse oficial em outubro de 2014. O CDP já havia obtido 81 dos 91 votos necessários no Parlamento para que a emenda fosse aprovada, e em meio a rumores de subornos e ameaças, oponentes ao governo realizaram protestos maciços em todo o país (GABRIEL, 2016).

⁴⁶ Em inglês: Millennium Challenge Account.

⁴⁷ Em francês: Congrès pour la Démocratie et le Progrès (CDP).

⁴⁸ Em francês: Mouvement du Peuple pour le Progrès (MPP).

No final de outubro de 2014, protestos irromperam por todo o país em resposta a uma proposta de emenda constitucional para estender os limites do mandato presidencial (MURREY, 2018). Centenas de milhares de manifestantes foram para as ruas pedindo que Blaise Compaoré renunciasse após 27 anos como presidente de Burkina Faso (MURREY, 2018). Os manifestantes incendiaram o Parlamento e lutaram contra as forças de segurança, que supostamente autorizadas pelo Primeiro-Ministro Luc Adolphe Tiao, teriam atirado nos manifestantes, deixando cerca de dezenove pessoas mortas e mais de seiscentas feridas (GABRIEL, 2016).

Compaoré não facilitou a situação ao emitir duas declarações contraditórias em um canal de televisão privado (HARSCH, 2017). Na primeira declaração, Compaoré anula o projeto de lei da emenda constitucional, dissolve o governo e declara estado de sítio nacional sob a administração do chefe do exército, o general Honoré Traoré (HARSCH, 2017). Já na segunda declaração, Compaoré menciona a resignação e retira o estado de sítio. Enquanto isso, o general Traoré emitiu um decreto em seu próprio nome, dissolvendo o governo, impondo um toque de recolher, e apelando por uma administração de transição, sem necessariamente especificar quem deveria permanecer no poder nesse período de transição (HARSCH, 2017).

Burkina Faso enfrentava a incerteza política, com os militares estavam divididos e disputando a presidência do país (GABRIEL, 2016). Eventualmente, o tenente-coronel Issac Yacoub Zida, membro da guarda presidencial, ganhou a disputa interna no Exército e foi declarado Presidente interino, porém a insatisfação popular continuou, visto que, nas palavras de Gabriel (2016) “o povo não queria ver um chefe de Estado militar e se sentiu roubado de sua revolução” (GABRIEL, 2016, p. 28, tradução nossa)⁴⁹.

Campbell (2018) escreve que a crise capitalista global de 2008 desencadeou novas pressões sobre os mais pobres, e em todos os lugares houve revoltas e em Burkina Faso não foi diferente (CAMPBELL, 2018). A década de 2010 proporcionou à Burkina Faso o rompimento de um ciclo ditatorial de 27 anos por meio de uma grande insurreição popular. O ano de 2015 trouxe grandes expressões do poder popular, como o aumento significativo de novos eleitores registrados, atingindo um total de 5,5 milhões, 70% a mais do que nas eleições presidenciais em 2010 (HARSCH, 2017). Além disso, quase metade destes novos eleitores possuíam menos de trinta e cinco anos (HARSCH, 2017).

Roch Marc Christian Kaboré foi eleito Presidente por 53,5% dos votos e tomou posse oficial no dia 29 de dezembro, montando seu governo por figuras importantes do MPP e

⁴⁹ No original: “(..) the people did not want to see a military head of state and felt robbed of “their revolution”.

tecnocratas, e, pela primeira vez desde 1960, não havia nenhum militar em cargos políticos importantes de seu gabinete (HARSCH, 2017). Seu governo não foi marcado por grandes mudanças estruturais, mas sim pelo aumento intenso de ataques terroristas. Durante anos Burkina Faso não era alvo de ataques insurgentes de grupos terroristas como o Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), e isso era resultado da diplomacia regional de Compaoré, que agia como mediador em diversos conflitos regionais, além de possuir acordos políticos com as lideranças insurgentes (HARSCH, 2017). Com a derrubada do governo de Compaoré em 2014 e a ascensão de Kaboré ao poder, o país se tornava vulnerável a ataques terroristas, a maioria deles ocorrendo na fronteira com o Mali e o Níger (HARSCH, 2017).

Mesmo com a intensidade cada vez maior de ataques do AQMI, Kaboré venceu as eleições presidenciais em 2020 e iniciava o seu segundo mandato. De 2020 até 2022, o entorno geopolítico de Burkina Faso se encontrava bastante fragilizado, especialmente após golpes militares bem-sucedidos nos últimos 18 meses em países vizinhos da África Ocidental, como Mali e Guiné (MEDNICK; BUSARI; KENNEDY, 2022).

Assim, no dia 24 de janeiro de 2022, Burkina Faso sofreu um novo golpe militar, comandado pelo capitão Sidsore Kader Ouedraogo. A justificativa do golpe foi anunciada pela televisão estatal, onde Ouedraogo anunciou que os militares tomaram o poder em resposta à “degradação contínua da situação de segurança” no país e à “incapacidade do governo” de unir a população (MEDNICK; BUSARI; KENNEDY, 2022). A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a ONU solicitaram que o governo militar prezasse pelo republicanismo e expressaram preocupação com o paradeiro do Presidente Kaboré, que não foi visto em lugar nenhum após o golpe (MEDNICK; BUSARI; KENNEDY, 2022).

No que diz respeito ao assassinato de Thomas Sankara, a questão ainda permanece em aberto. A exumação do corpo de Thomas Sankara ocorreu em 2015, um ano após a revolta popular que obrigou Blaise Compaoré a fugir e se exilar na Costa do Marfim (CHANDO; TCHOUTEU, 2019). Um relatório de autópsia revelou que Sankara morreu com mais de uma dúzia de ferimentos de bala (CHANDO; TCHOUTEU, 2019). A viúva de Sankara, Mariam Sankara, junto com os filhos do líder burkinabe, pressionaram o Comitê Internacional de Justiça (CIJ) a apresentar uma reclamação relativa às circunstâncias da morte do revolucionário (FALL, 2018). No final de 2021 começou o julgamento do assassinato de Thomas Sankara, no qual o ex-Presidente Blaise Compaoré e outras 13 pessoas foram acusados de assassinato do líder revolucionário, o “Che Guevara Africano” (AL JAZEERA, 2021). O julgamento foi interrompido no início de 2022, porém em março foi retomado sem a presença física de

Compaoré — um dos principais acusados — que reside na Costa do Marfim desde 2014 (AL JAZEERA, 2022).

O julgamento atraiu a atenção da mídia internacional, pois o assassinato de Sankara, assim como de diversos outros líderes revolucionários africanos, demonstra um padrão na história política do continente. Em 2020 foi erguida uma estátua em homenagem à Thomas Sankara na capital de Burkina Faso, Ouagadougou, como forma singela de restaurar o legado do revolucionário enquanto importante personalidade política, militar e social do país (CHANDO; TCHOUTEU, 2019). Nas palavras de Chando e Tchouteu (2019):

A busca de Sankara para realizar os programas mais ambiciosos de mudança social e econômica já tentados no continente africano terminou como um sonho parcialmente realizado, mas que é apreciado por estimular as esperanças da juventude africana. Hoje, ele é uma lenda em seu país e na África trinta anos após sua morte (CHANDO; TCHOUTEU, 2019, p. 24).

Frère e Englebert (2015) escrevem que a falta de liderança da sociedade civil, a supressão de poder popular e o papel ambíguo dos militares são questões potenciais que inviabilizam os processos políticos em Burkina Faso (FRÈRE; ENGLEBERT, 2015). O golpe de 2022 salienta a fragilidade política do país, que novamente adentra em um período ditatorial de transição. Não se sabe o período de duração do atual golpe de Estado de Burkina Faso, embora a comunidade internacional aguarde por uma indicação de um governo de transição para organizar eleições presidenciais no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender o processo revolucionário que ocorreu no Estado de Burkina Faso entre os anos de 1983 e 1987, sob a liderança do capitão Thomas Sankara e do Conselho Nacional da Revolução (CNR). A abordagem do estudo procurou tratar-se a Revolução em Burkina Faso desencadeou rupturas políticas, econômicas e sociais nas bases estruturais de organização política e social do Estado.

O primeiro capítulo de desenvolvimento da monografia analisou as revoluções que ocorreram no Terceiro Mundo no século XX, em especial as que se sucederam no continente africano. Inicialmente foram examinadas as lutas de independência e a construção dos Estados africanos. As independências africanas ocorreram de formas distintas, e é possível perceber a cisão política no continente, no qual os países dividiram-se entre aqueles que optaram por uma via conservadora de independência — procurando manter boas relações diplomáticas com a antiga potência colonial — e outros que preferiram a via revolucionária, vista como uma forma de se desvencilhar da exploração capitalista e do subdesenvolvimento.

Muitos Estados africanos que adotaram a via revolucionária o fizeram por meio de revoluções populares e democráticas. Constituídas pela mudança política do regime vigente, as revoluções africanas possuem a particularidade de terem ocorrido no estágio inicial da construção do Estado-nação. Assim, houve alteração do equilíbrio destes novos Estados e, em alguns casos particulares dos regimes revolucionários, houve a adoção de uma via militar e marxista, como foi o caso de Alto Volta (Burkina Faso), tópico central deste trabalho. Denominados de regimes militares marxistas africanos, esses processos políticos ocorreram dentro de condições específicas de crise extrema nas bases estruturais do Estado, no qual a ideologia marxista e o apelo ao socialismo se interligavam com o nacionalismo em uma necessidade de defender e desenvolver o Estado.

No segundo capítulo de desenvolvimento, estuda-se detalhadamente o processo revolucionário que ocorreu em Burkina Faso no dia 4 de agosto de 1983. Desde a independência da França, os regimes políticos de Alto Volta (antigo nome de Burkina Faso) sempre foram caracterizados por muita instabilidade política. Durante as primeiras décadas após a independência, os problemas estruturais do Estado foram ignorados pelos governantes que, sucessivamente, eram depostos por golpes militares. Os militares que ascendiam ao poder não tratavam das questões sociais e econômicas e a insatisfação popular era crescente, acompanhada por movimentos migratórios em massa para países vizinhos, como Costa do Marfim, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

O que diferencia o regime revolucionário da década de 1980 no país é o fato de que, entre 1983 e 1987 — período que Thomas Sankara e o CNR estiveram no comando — houve tentativas de promover reformas administrativas com o intuito de possibilitar um maior desenvolvimento do Estado burkinabe. Dentre as causas da intervenção militar de orientação marxista em Alto Volta estão: a ineficiência do aparato administrativo, a incapacidade das elites civis, a corrupção dos sistemas políticos e sociais tradicionais e a fragilidade política do país. Esses fatores fizeram do Exército e mais especificamente, da figura de Thomas Sankara, um último recurso de esperança para o retorno da ordem.

A formação de um Estado revolucionário em um pequeno país sem saída para o mar e com a economia altamente agrária representou um desafio e ocasionou rupturas estruturais nas esferas internas e externas. No âmbito doméstico, houve rupturas com as estruturas tradicionais de poder, especialmente porque a maioria dos militares que participaram e lideraram a Revolução de 1983 eram jovens oficiais, à exemplo de Thomas Sankara, que ao tomar o poder em 1983 possuía apenas 33 anos. O período de radicalização política e ideológica de Burkina Faso teve como liderança principal o capitão Thomas Sankara, que representou a figura de um líder jovem e carismático de um país pequeno que procurou enfrentar um mundo grande, complexo, brutal e corrupto.

A Revolução de Agosto é uma revolução de capitães, cuja ideologia se inspirou no marxismo-leninismo e se tornou um fator determinante na natureza do regime e nas políticas públicas. Devido ao vínculo com o marxismo, o regime revolucionário conseguiu unir militares (a jovem ala dos capitães), partidos políticos de esquerda, sindicatos radicais, o proletariado urbano e o campesinato.

O terceiro e último capítulo de desenvolvimento aborda o fim do regime revolucionário em Burkina Faso. A complexidade dos eventos que antecederam o final drástico da Revolução teve suas raízes na política internacional, pois os embargos econômicos à Cuba e a decadência da URSS na arena mundial enfraqueciam os governos socialistas de todo o mundo, incluindo a experiência revolucionária em Burkina Faso. O final da década de 1980 trouxe aos países africanos um maior apelo à adoção de programas de ajustes estruturais de organizações financeiras internacionais, como o FMI e o BM.

Entre 1986 e 1987, o CNR experienciou cisões e conflitos internos que incluíram a perda de apoio político de partidos de esquerda (LIPAD) e de sindicatos urbanos. Além disso, à nível internacional, a política externa de Burkina Faso sofria com conflitos e cismas com outrora países parceiros, como foi o caso da Líbia. O enfraquecimento do partido influenciava no isolamento político do Presidente Sankara, que, aliado ao fracasso do Programa de

Desenvolvimento Popular e da tentativa de reforma agrária, foram fatores que motivaram o golpe de Estado de outubro de 1987.

Os cinco anos de Revolução em Burkina Faso constituíram uma tentativa, por parte do CNR, de criar as bases estruturais de um novo tipo de Estado, igualitário e autossuficiente. Contudo, a morte do Presidente e líder da Revolução, Thomas Sankara, marca o fim da experiência revolucionária no país e o início do processo de retificação do Estado burkinabe. O golpe de 1987 que pôs Blaise Compaoré no comando país contou com interferência externa de importantes atores nas relações internacionais e com um complexo contexto geopolítico envolvido, assim como também houve o alinhamento com grupos de interesse internos, como os chefes tradicionais Mossi, partidos políticos conservadores e parte do Exército, além do apoio da elite civil.

A abertura da última década do século XX foi caracterizada pela liberalização no continente africano. Já nos anos 2000, a década de 2010 trouxe mudanças importantes em todo o mundo, com a ascensão de revoltas como a Primavera Árabe, com a queda de regimes e incitação de mudanças políticas e intensa mobilização popular. Blaise Compaoré foi Presidente de Burkina Faso por 27 anos e foi deposto em 2014, processo que iniciou uma nova era de instabilidade política e econômica no país. Seu governo de tendências ditatoriais foi caracterizado por forte repressão política e pelo alinhamento estratégico com as potências ocidentais, como EUA e França. O golpe militar que depôs Blaise Compaoré em 2014 inicia um período de transição e promove eleições democráticas que colocam no poder Roch Marc Christian Kaboré. Kaboré foi reeleito em 2020, porém em 2022 o país sofre um novo golpe militar.

A sucessão de golpes de Estado em Burkina Faso explicita a instabilidade política e a fragilidade do aparato estatal. Suscetível a golpes de Estado, o país experienciou um processo revolucionário de orientação marxista-leninista cujo objetivo era remodelar as bases do Estado. Desde o final violento da Revolução de 1983, a população vivenciou um retorno das políticas pré-Revolução, ou seja, liberalização econômica e poucas políticas de desenvolvimento social.

Assim, a partir da análise da monografia, faz-se concluir que a Revolução de Burkina Faso, ideologicamente orientada pelo marxismo, provocou rupturas políticas, econômicas e sociais em todos os níveis do aparato estatal. Por meio dos Comitês de Defesa da Revolução (CDRs), políticas públicas foram implantadas em todo o país. O Programa de Desenvolvimento Popular (PDP) foi um programa econômico que visava a reforma agrária e uma melhor distribuição de alimentos para a população, com o intuito de prevenir a fome. Ademais, foram implantadas políticas públicas de vacinação em massa, incentivos à educação, uma maior

inserção das mulheres na sociedade e houve uma intensificação no combate à corrupção com a criação dos Tribunais Populares Revolucionários (TPRs). Deste modo, a Revolução de Burkina Faso em agosto de 1983 foi um processo resultante das divergências entre as forças políticas atuantes e da emergência de Thomas Sankara em um papel de liderança político-militar, responsável por instituir um Estado de inspiração socialista e modificar a correlação de forças do entorno regional estratégico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADI, Hakim. **Pan-Africanism: a history**. Londres: Bloomsbury, 2018.

AL JAZEERA. **Burkina Faso opens trial on 1987 Sankara assassination**. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/11/burkina-faso-to-open-trial-on-1987-sankara-assassination>. Acesso em: 24 mar. 2022.

AL JAZEERA. **Burkina Faso: trial for murder of former leader Sankara continues**. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/3/22/trial-for-killing-of-ex-burkina-faso-leader-sankara-continues>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O Pan-Africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A (org.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

BAXTER, Joan; SOMMERVILLE, Keith. Burkina Faso. In: SZAJKOWSKI, Bogdan (ed.). **Marxist Regimes: economics, politics and society**. Nova Iorque: Pinter Publishers, 1989. p. 237-286.

BEUCHER, Benoit. Le Burkina Faso et son environnement géopolitique: essai de mise en perspective historique. **Annuaire Français des Relations Internationales**, Paris, v. 12, n., p. 687-701, 2011. Disponível em: <https://www.afri-ct.org/afri-volumes/afri-xii-2011/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BOTCHWAY, De-Valera N.y.M.; TRAORE, Moussa. Military Coup, Popular Revolution or Militarized Revolution?: Contextualizing the Revolutionary Ideological Courses of Thomas Sankara and the National Council of the Revolution: contextualizing the revolutionary ideological courses of Thomas Sankara and the national council of the revolution. In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness: the life, politics and legacies of Thomas Sankara**. Londres: Pluto Press, 2018. p. 19-36.

CAMPBELL, Horace G. The Pan-African Experience: From the Organization of African Unity to the African Union. **The Palgrave Handbook of African Colonial and Postcolonial History**. Nova Iorque, p. 1031-1088. 28 jan. 2018a. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057%2F978-1-137-59426-6_41#citeas. Acesso em: 20 Jan. 2022.

CAMPBELL, Horace G.. Foreword: the life and legacy of Thomas Sankara. In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness: the life, politics and legacies of Thomas Sankara**. Londres: Pluto Press, 2018b. p. 6-17.

CHANDO, Janvier T.; TCHOUTEU, Janvier. **A Traição da Retidão: o assassinato de Thomas Sankara de Burkina Faso e a sufocação da esperança na África**. Londres: Tisi Books, 2019. 31 p.

CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTHCHILD, Donald. **Politics and Society in Contemporary Africa**. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CIA. **The World Factbook**: Burkina Faso. Burkina Faso. 2022. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/burkina-faso/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

DALEY, Patricia. Thomas Sankara and Tajudeen Abdul-Raheem: the untimely deaths of two new generation african visionaries. In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness**: the life, politics and legacies of Thomas Sankara. Londres: Pluto Press, 2018. p. 159-170.

DEMBÉLÉ, Demba Moussa. **Thomas Sankara**: an endogenous approach to development. 2013. Disponível em: <http://pambazuka.org/en/category/features/89307>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ENGLEBERT, Pierre. **Burkina Faso**: unsteady statehood in West Africa. New York: Routledge, 1996.

FALL, Aziz Salmone. Afterword. In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness**: the life, politics and legacies of Thomas Sankara. Londres: Pluto Press, 2018. p. 349-361.

FAZZIO, Gabriel Landi; MANOEL, Jones (org.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 417 p. (Quebrando as Correntes).

FRÈRE, Marie-Soleil; ENGLEBERT, Pierre. Briefing: Burkina Faso - the fall of Blaise Compaoré. **African Affairs**, Oxford, v. 114, n. 455, p. 295-307, 8 mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1093/afraf/adv010>. Disponível em: <https://academic.oup.com/afraf/article-abstract/114/455/295/1754642?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 21 mar. 2022.

GABRIEL, Marie-Christin. “Premier 11 Décembre sans Blaise Compaoré”: Burkina Faso's national-day celebration of 2014 between stability and change. **Africa Today**, [S.L.], v. 62, n. 4, p. 23-43, jun. 2016. Indiana University Press. <http://dx.doi.org/10.2979/africatoday.62.4.02>. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2979/africatoday.62.4.02>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GRÖHMANN, Luiz Gustavo. Revoluções e Regimes Marxistas: Teoria, Estruturas e Periodização. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, A. D.; MARTINS, J. M.; RIBEIRO, L. D.; GRÖHMANN, L. G.. **Revoluções e Regimes Marxistas**: rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 15-17. (Estratégia e Relações Internacionais)

HALLIDAY, Fred. O Sexto Grande Poder: as revoluções e o sistema internacional. In: HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Cap. 5. p. 137-160.

HARSCH, Ernest. **Thomas Sankara**: an african revolutionary. Athens: Ohio University Press, 2014.

HARSCH, Ernest. **Burkina Faso**: a history of power, protest, and revolution. London: Zed Books, 2017.

HUGHES, Arnold. The Appeal of Marxism to Africans. **The Journal of Communist Studies: Marxism's Retreat from Africa**, Londres, v. 8, n. 2, p. 4-21, jun. 1992.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 (1994).

INSTITUT INTERNACIONAL POUR LA DÉMOCRATIE ET L'ASSISTANCE ÉLECTORALE (Suécia). International Idea. **La Démocratie au Burkina Faso**. Estocolmo: Slow Fox Produktion Ab, 1998.

JAFFRÉ, Bruno. Who Killed Thomas Sankara? In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness: the life, politics and legacies of Thomas Sankara**. Londres: Pluto Press, 2018. p. 96-113.

MAYANJA, Namakula E.. 'Revolution and Women's Liberation Go Together': Thomas Sankara, gender and the Burkina Faso revolution. In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness: the life, politics and legacies of Thomas Sankara**. Londres: Pluto Press, 2018. p. 209-223.

MARKAKIS, John; WALLER, Michael. Editorial: the hammer, the sickle and the gun. In: MARKAKIS, John; WALLER, Michael (ed.). **Military Marxist Regimes in Africa**. Londres: Frank Cass, 1986. p. 1-14.

MCFARLAND, Daniel Miles; RUPLEY, Lawrence A.. **Historical Dictionary of Burkina Faso**. 2. ed. Maryland: Scarecrow Press, 1998.

MEDNICK, Sam; BUSARI, Stephanie; KENNEDY, Niamh. **Burkina Faso's military seizes power in a coup, detains president and dissolves government**. 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/01/24/africa/military-detains-president-kabore-intl/index.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

MURREY, Amber. Introduction. In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness: the life, politics and legacies of Thomas Sankara**. Londres: Pluto Press, 2018. p. 1-19.

NALDI, Gino J.. Case concerning the Frontier Dispute between Burkina Faso and Mali: provisional measures of protection. **The International and Comparative Law Quarterly**, Cambridge, v. 35, n. 4, p. 970-975, out. 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/759886?seq=1>. Acesso em: 18 fev. 2022.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OTAYEK, René. The Revolutionary Process in Burkina Faso: breaks and continuities. In: MARKAKIS, John; WALLER, Michael (ed.). **Military Marxist Regimes in Africa**. Londres: Frank Cass, 1986. p. 82-101.

OTAYEK, René. The Democratic 'Rectification' in Burkina Faso. **The Journal of Communist Studies**, Londres, v. 8, n. 2, p. 82-104, jun. 1992.

PRAIRIE, Michael (ed.). **Thomas Sankara Speaks: the Burkina Faso revolution 1983-87**. Atlanta: Pathfinder, 1988. 239 p.

PETERSON, Brian. The Perils of Non-Alignment: Thomas Sankara and the Cold War. In: MURREY, Amber (ed.). **A Certain Amount of Madness: the life, politics and legacies of Thomas Sankara**. Londres: Pluto Press, 2018. p. 36-51.

SCHERER, Mathias Inacio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair (org.). **O Pensamento Africano no Século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 1ª ed., 2016.

SKINNER, Elliott P.. Sankara and the Burkinabe Revolution: charisma and power, local and external dimensions. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 26, n. 3, p. 437-455, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/160892>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 407 p.

SPEIRS, Mike. Agrarian Change and the Revolution in Burkina Faso. **African Affairs**, Oxford, v. 90, n. 358, p. 89-110, jan. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/722641>. Acesso em: 7 mar 2022.

SZAJKOWSKI, Bogdan. Editor's Preface. In: SZAJKOWSKI, Bogdan (ed.). **Marxist Regimes: economics, politics and society**. Nova Iorque: Pinter Publishers, 1989. p. 6-8.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2012. (Revoluções do Século 20).

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. As independências, o neocolonialismo e a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes Ltda, 2012. p. 99-145.

VISENTINI, Paulo Fagundes. 1.2. SÉCULO XX: ciclos revolucionários, estruturas e impacto internacional. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, A. D.; MARTINS, J. M.; RIBEIRO, L. D.; GRÖHMANN, L. G.. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 17-23. (Estratégia e Relações Internacionais).

VISENTINI, Paulo Fagundes. Regimes militares marxistas africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 33-53, jan. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/97061/58863>. Acesso em: 13 fev. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: the politics of independence and unity**. Lincoln/Londres: University of Nebraska Press, 2005. 280 p.

WILKINS, Michael. The Death of Thomas Sankara and the Rectification of the People's Revolution in Burkina Faso. **African Affairs**, Oxford, v. 88, n. 352, p. 375-388, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/722692>. Acesso em: 5 mar 2022.